DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO 2017

TIPO: 3

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se o tipo de prova está de acordo com o descrito na sua folha de identificação.

Quando autorizado pelo fiscal de sala, verifique se seu caderno de provas contem 120 (cento e vinte) itens mais o espaço para o rascunho da prova discursiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.

2 Somente quando autorizado pelo fiscal de sala, no momento da identificação, preencha nos espaços apropriados o seu número de inscrição e assinatura.

3 O preenchimento incorreto do número de inscrição e não assinatura implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.

5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.

6 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer das provas -, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.

7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas

OBSERVAÇÕES
Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
Não é permitida a reprodução deste material | Recursos: editalsimulado.com.br
Informações adicionais: : (45) 3037-8888 (Opção 9) email: atendimento@alfaconcursos.com.br

AlfaCon Concursos Públicos

Língua Portuguesa

A dúvida pode significar o fim de uma fé, ou pode significar o começo de outra. Em dose moderada, estimula o pensamento. Em excesso, paralisa-o. A dúvida, como exercício intelectual, proporciona um dos poucos prazeres puros, mas, como experiência moral, ela é uma tortura. Aliada à curiosidade, é o berço da pesquisa e assim de todo conhecimento sistemático. Em estado destilado, mata toda curiosidade e é o fim de todo conhecimento.

O ponto de partida da dúvida é sempre uma fé, uma certeza. A fé é, pois, o estado primordial do espírito. O espírito "ingênuo" e "inocente" crê. Essa ingenuidade e inocência se dissolvem no ácido corrosivo da dúvida, e o clima de autenticidade se perde irrevogavelmente. As tentativas dos espíritos corroídos pela dúvida de reconquistar a autenticidade, a fé original, não passam de nostalgias frustradas em busca da reconquista do paraíso perdido. As certezas originais postas em dúvida nunca mais serão certezas autênticas. Tal dúvida, metodicamente aplicada, produzirá novas certezas, mais refinadas e sofisticadas, mas essas certezas novas não serão autênticas. Conservarão sempre a marca da dúvida que lhes serviu de parteira.

A dúvida, portanto, é absurda, pois substitui a certeza autêntica pela certeza inautêntica. Surge, portanto, a pergunta: "por que duvido?" Essa pergunta é mais fundamental do que a outra: "de que duvido?" Trata-se, portanto, do último passo do método cartesiano: duvidar da dúvida — duvidar da autenticidade da dúvida. A pergunta "por que duvido?" engendra outra: "duvido mesmo?" Descartes, e com ele todo o pensamento moderno, parece não dar esse último passo. Aceita a dúvida como indubitável.

Fonte: Vilém Flusser. A dúvida. São Paulo: Editora Annablume, 2011, p. 21-2 (com adaptações).

01) Por terem natureza conclusiva, os termos "pois" (l. 9) e "portanto" (l. 20) podem ser substituídos por "por conseguinte", sem que haja prejuízo para a correção e para as informações originais do texto.

Gabarito: Correto

Comentário: No contexto em que ocorrem, ambos os termos têm sentido conclusivo. Por isso, a substituição por outra locução conjuntiva conclusiva está adequada.

---

02) Mantém-se a correção gramatical e a coerência, ao se reescrever o trecho "Essa ingenuidade ... irrevogavelmente." (l. 10 a 12) da seguinte forma: Essa ingenuidade e inocência são dissolvidas no ácido corrosivo da dúvida, e o clima de autenticidade é perdido irrevogavelmente.

Gabarito: Correto

Comentário: A proposta de reescrita altera a voz verbal para voz passiva analítica. Nesse caso, a correção gramatical está mantida e a coerência (lógica) se mantém.

---

03) As expressões "como exercício intelectual" (l. 3) e "a fé original" (l. 13) têm ambas sentido explicativo, e funcionam como aposto nas orações de que fazem parte.

Gabarito: Errado

Comentário: As duas expressões não têm o mesmo sentido nem a mesma classificação. A primeira tem sentido comparativo e tem natureza adverbial; a segunda é um aposto.

---

04) A forma verbal "crê" (l. 10) poderia ser flexionada para o plural desde que fosse inserido um artigo definido logo após a conjunção "e".

Gabarito: Correto

Comentário: Na construção original, há um sujeito simples, por isso a flexão deve estar no singular: O espírito "ingênuo" e "inocente" crê. Na sugestão dada, teremos um sujeito composto, por isso a flexão ficará no plural: O espírito "ingênuo" e o "inocente" creem.

---

05) Haveria prejuízo para o sentido do texto, caso a forma verbal "pode significar" (l. 1), na segunda ocorrência, fosse suprimida.

Gabarito: Errado

Comentário: Com a supressão, a forma verbal ainda fica subentendida, pois está presente após a palavra "dúvida". Desse modo, não há prejuízo para o sentido do texto.

O problema da violência doméstica constitui uma chaga social no nosso país. Na verdade e infelizmente correspondendo a uma cultura longamente enraizada em alguns meios sociais e familiares acerca do uso da violência contra familiares e próximos, o país continua a ser tragicamente conhecido por altas taxas deste tipo de criminalidade.

As consequências são conhecidas nas cifras negras das vítimas, na ocupação do sistema judicial, em números elevados de reclusão, em indenizações não pagas pelos agressores, nas famílias desfeitas e, frequentemente, na reprodução de comportamentos delinquentes nas gerações seguintes dos carrascos e das vítimas.

Ao longo dos últimos anos, o Centro de Estudos Judiciários tem dedicado atenção particular a esta temática, quer no âmbito da formação inicial de magistrados, quer no da formação contínua de magistrados e de outros profissionais do Direito e, finalmente, também na formação de dirigentes das novas comarcas.

E fê-lo ainda no âmbito do programa Justiça para tod@s, no qual os temas da violência no namoro e na escola (bullying e ciberbullying) constituem preocupações centrais, não apenas com vista à sensibilização dos jovens acerca da violência em si, como também sobre as consequências dos seus atos perante o Direito e a Justiça.

Na formação inicial como na formação contínua a atenção incidiu não apenas nas questões técnico-jurídicas cujo domínio é indispensável pelos magistrados, como na necessidade de humanizar a relação entre a justiça e os cidadãos.

A justiça, os seus magistrados e os seus funcionários, têm que saber lidar com o público, especialmente com as pessoas vulneráveis, vítimas diretas e indiretas de atos e situações violentas. Só

assim se consegue uma justiça de rosto humano,
40 programa cuja realização sempre se impõe
convocar.

Fonte: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-DomesticaCEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf

06) O emprego do gerúndio em "correspondendo" (l.3) se justifica por haver uma ocorrência frequente da violência. No entanto, a substituição por "corresponde" não causaria problema gramatical, uma vez que o parágrafo apresenta outras estruturas no presente do indicativo.

Gabarito: Correto

Comentário: O gerúndio apresenta a ideia de ação recorrente, trata-se de uma construção que fortalece a argumentação em relação à violência doméstica. A substituição pelo presente do indicativo é adequada, ainda que o efeito de continuidade seja perdido, a correção gramatical permanece.

---

07) De acordo com o texto, o Centro de estudos Judiciários trabalhou exclusivamente na formação inicial e contínua de magistrados com o intuito de esclarecer acerca das questões que envolvem a violência doméstica.

Gabarito: Errado

Comentário: Ocorreu um trabalho de formação inicial e contínua aos magistrados e outras autoridades do Direito, mas não se pode dizer que o Centro de Estudos Judiciários trabalhou "exclusivamente" nisso. Essa informação extrapola o que o texto apresenta.

---

08) O primeiro parágrafo do texto apresenta uma estrutura que pode ser entendida como dissertativa, pois existem marcadores argumentativos que justificam essa denominação.

Gabarito: Correto

Comentário: O texto "dissertativo" é uma estrutura que pode apresentar opinião em seu conteúdo. No primeiro parágrafo, o uso de "na verdade" e "infelizmente" são os marcadores argumentativos que caracterizam essa tipologia.

---

09) As palavras "Fê-lo" (l.23), "Têm" (l. 36) e "Só" (l.38) são acentuadas em decorrência da mesma regra de acentuação das palavras oxítonas.

Gabarito: Errado

Comentário: "Fê-lo" é oxítona terminada em E; "têm" recebe acento diferencial; "só" é monossílabo terminado em O.

---

10) O pronome oblíquo "lo" em "fê-lo" (l.23) retoma por coesão "Centro de Estudos Judiciários" (l.16)

Gabarito: Errado

Comentário: O pronome oblíquo não retoma um termo em particular, a sua retomada diz respeito à ação do Centro de Estudos Judiciários de dedicar atenção à temática da violência doméstica. Logo, a retomada é de uma ideia.

---

11) As expressões "nas questões técnico-jurídicas" (l.31-32) "na necessidade de humanizar..." (l.33) desempenham a mesma função sintática no período em que aparecem.

Gabarito: Correto

Comentário: As expressões desempenham a função de complementos indiretos da forma verbal "incidiu".

---

12) A expressão "Centro de Estudos Judiciários" (l. 16-17) é sujeito paciente da forma verbal "tem dedicado" (l.17).

Gabarito: Errado

Comentário: A expressão "Centro de Estudos Judiciários" é sujeito agente da forma verbal "tem dedicado", trata-se de uma voz ativa em tempo composto.

---

13) O verbo "têm" (l.36) está flexionado no plural porque estabelece concordância com "justiça" (l.35), termo utilizado de modo genérico.

Gabarito: Errado

Comentário: Esse é um caso de concordância ideológica, o verbo concorda com "os seus magistrados e os seus funcionários".

---

14) A palavra "que" após "têm" (l.36) introduz uma oração que desempenha função de complemento da forma verbal "têm".

Gabarito: Errado

Comentário: A palavra QUE é uma preposição acidental na locução verbal "têm que saber".

---

15) A crase em "com vista à sensibilização dos jovens" (l.26-27) se justifica devido à preposição exigida pelo termo "vista" somada ao artigo definido que antecede o termo "sensibilização".

Gabarito: Correto

Comentário: A palavra vista, com o sentido de avistar, pede complemento que exige a preposição A , já o substantivo "sensibilização" é antecedido pelo artigo A, caso em que ocorre a crase.

---

16) O pronome "se" em "se consegue" (l.39) pode ser deslocado para imediatamente após forma verbal, mantendo-se a correção gramatical e o sentido do texto.

Gabarito: Errado

Comentário: A colocação em próclise é obrigatória, pois a expressão "Só assim" é atrativa. Trata-se de uma locução adverbial.

Dois e dois são quatro
1 Como dois e dois são quatro
Sei que a vida vale a pena
Embora o pão seja caro
4 E a liberdade, pequena
Como teus olhos são claros
E a tua pele, morena
7 Como é azul o oceano
E a lagoa, serena
Como um tempo de alegria
10 Por trás do terror me acena
E a noite carrega o dia
No seu colo de açucena
13 — sei que dois e dois são quatro
sei que a vida vale a pena
mesmo que o pão seja caro
16 e a liberdade, pequena.

Fonte: Ferreira Gullar. Toda poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

17) É possível inferir, da leitura do poema, que o eu-lírico explora duas questões sérias diante das dificuldades, como se vê nos versos seguintes "a liberdade, pequena" e "terror me acena".

Gabarito: Correto

Comentário: De acordo com o eu-lírico, por mais que digamos que somos felizes, que temos confiança no dia de amanhã, somos imediatamente afogados pelo terror que nos acena, o medo de morrermos. Aliás, o verso "terror me acena" descreve o sentimento de pequenez que temos diante das coisas, da vida e do universo. Como vemos, às vezes não somos capazes de administrar as pequenas coisas que vêm a nossa mão (como estudar, ter um relacionamento rentável, criar os filhos e outros desafios mais), por vezes, a vida vai nos levar por caminhos antes desconhecidos, pois, como diz o poeta, "a liberdade, pequena".

---

18) Os termos "pequena" (v. 4), "morena" (v. 6), "serena" (v. 8) desempenham a mesma função sintática nos versos em que ocorrem e possuem um sentido explicativo.

Gabarito: Errado

Comentário: A função sintática é a mesma, pois são predicativos do sujeito (o verbo ser está elíptico); porém, o sentido não é explicativo, pois o predicativo do sujeito indica uma característica do sujeito.

---

19) No poema de Ferreira Gullar, o emprego de todas as vírgulas se justifica com base na mesma regra gramatical.

Gabarito: Correto

Comentário: Todas as vírgulas marcam a elipse do verbo "ser".

Embora o pão seja caro

4 E a liberdade [seja] pequena

Como teus olhos são claros

E a tua pele [é] morena

7 Como é azul o oceano

E a lagoa [é] serena

[...]

mesmo que o pão seja caro

16 e a liberdade [seja] pequena.

---

20) A *exposição de motivos*, de acordo com sua finalidade, apresenta duas formas básicas de estrutura: uma para aquela que tenha caráter exclusivamente informativo e outra para a que proponha alguma medida ou submeta projeto de ato normativo. Embora sigam o padrão ofício, aquela que submete projeto de ato normativo apresenta informações como: Anexo que apresente síntese do problema ou da situação que reclama providências; soluções e providências contidas no ato normativo; dentre outras informações pertinentes.

Gabarito: Correto

Comentário: a exposição de motivos que submeta à consideração do Presidente da República a sugestão de alguma medida a ser adotada ou a que lhe apresente projeto de ato normativo – embora sigam também a estrutura do *padrão ofício* –, além de outros comentários julgados pertinentes por seu autor, devem, obrigatoriamente, apontar: a) na introdução: o problema que está a reclamar a adoção da medida ou do ato normativo proposto; b) no desenvolvimento: o porquê de ser aquela medida ou aquele ato normativo o ideal para se solucionar o problema, e eventuais alternativas existentes para equacioná-lo; c) na conclusão, novamente, qual medida deve ser tomada, ou qual ato normativo deve ser editado para solucionar o problema.

Deve, ainda, trazer apenso o formulário de anexo à exposição de motivos, devidamente preenchido, de acordo com o seguinte modelo previsto no Anexo II do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta

3. Alternativas existentes às medidas propostas...

---

21) "Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminho, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor João da Silva." O trecho em destaque pode ser classificado como uma introdução para encaminhamento de documentos no padrão ofício.

Gabarito: Correto

Comentário: A introdução deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é encaminhar, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula:

Informática

---

22) Na pilha de protocolos do modelo TCP/IP, os protocolos de transmissão de dados estão na camada de transportes, como, por exemplo, o protocolo FTP *(file transfer protocol)*. Assim como o TCP, o FTP também ordena os pacotes para enviá-los em ordem e caso ocorra erros de transmissão os pacotes serão retransmitidos pela rede, pois ambos protocolos são orientados a conexão de dados.

Gabarito: Errado

Comentário: Realmente o protocolo FTP (file transfer protocol) é utilizado em uma troca de informações para que os dados recebidos cheguem em ordem correta e que os pacotes recebidos com erro sejam retransmitidos (orientados a conexão de dados), mas o protocolo FTP não pertence à camada de transportes igual ao TCP, mas à camada de aplicação, diferente dos outros protocolos de transporte de dados, TCP, UDP, RIP...

O sistema Cloud computing é composto por software e hardware, cujo fim consiste em aprimorar tanto a infraestrutura como os serviços. Acerca do sistema de computação em nuvens julgue o próximo item.

23) O sistema computacional em nuvem funciona basicamente como um servidor de recursos, que fornece serviços às máquinas nele conectadas, os clientes, para aumentar o desempenho destas máquinas. O serviço em nuvem, além de possibilitar uma infraestrutura computacional completa,

processamento, memória, armazenamento, segurança, pode ser oferecido de outras formas, podendo ser apenas um espaço na nuvem para armazenamento de dados, como também um serviço que disponibiliza programas e plataformas de desenvolvimento de software, em que programadores de vários países desenvolvem o mesmo projeto de software, podendo acessar esse projeto de qualquer lugar do mundo em que haja conexão com internet.

Gabarito: Correto

Comentário: Para cada tipo de serviço prestado na nuvem existe uma Tipologia de arquitetura denominada. São elas: IaaS – Infrastructure As A Service (Infraestrutura Como Serviço) É quando o usuário faz a contratação de uma infraestrutura pronta, por exemplo de hardware e software ("máquinas virtuais"). Nesse tipo de serviço, o cliente possui controle total sobre os recursos contratados e pode fazer uso desses recursos sempre que julgar necessário, bastando apenas uma conexão com a Internet. Esse tipo de serviço é bastante utilizado em grandes empresas que precisam de um servidor controlador de acesso ou servidor de segurança, mas que não há necessidade de instalar um computador, servidor, na rede física da empresa, dispensando o uso de servidores locais. Exemplo de empresas que prestam esse tipo de serviço é a Amazon, Google Cloud Platform e a IBM. SaaS – Software As A Service (Software como Serviço). Esse tipo de serviço é muito utilizado para acesso de programas sem que haja necessidade de os mesmos estarem instalados na máquina do usuário. Um grande exemplo desse tipo de serviço é quando recebemos um e-mail com anexos do tipo .docx ou .pdf e conseguimos abrir o conteúdo desses anexos no próprio navegador de internet sem a necessidade de termos instalado na máquina o aplicativo editor de texto Word ou um leitor de .pdf. Outro serviço muito utilizado na Tipologia SaaS é o de armazenamento de dados na nuvem Cloud Storage (armazenamento em nuvem), em que o usuário contrata um serviço de armazenamento em nuvem e utiliza programas específicos do serviço contratado para gerenciar os arquivos armazenados ou utiliza o próprio navegador de Internet para poder acessar seus recursos salvos em nuvem. Exemplo de empresas que prestam esse tipo de serviço é a Dropbox, iCloud, google docs. PaaS – Platforme As A Service (plataforma como Serviço). O sistema de nuvem da tipologia PaaS é utilizado basicamente para desenvolvimento de software sem que haja necessidade de instalar na máquina do usuário os programas necessários para isso. Esse tipo de serviço é bastante contratado por empresas de desenvolvimento de software, pois em grandes projetos os desenvolvedores podem estar em lugares diferentes do mundo e com isso é possível utilizar sempre o mesmo serviço para continuar o desenvolvimento sem a necessidade de ficar transportando o que já foi programado por todos os lados, já que toda estrutura necessária é disponibilizada na tipologia PaaS.

Acerca de arquiteturas de computadores, tipos de memória, julgue os itens subsequentes.

24) Memória do tipo SRAM (Static Random-Access Memory), memória RAM Estática, dentre os tipos de memória RAM, é a que possui maior capacidade de armazenamento de dados nos blocos de armazenamento.

Gabarito: Errado

Comentário: SRAM, Static Random-Access Memory, ou memória RAM Estática é caracterizada pela possibilidade de gravação e leitura de forma mais ágil que a DRAM (RAM dinâmica). Um ponto negativo nesse tipo de memória é que ela armazena menos dados em seus blocos. É o tipo de memória RAM que geralmente são utilizadas como memória cache. Já as memórias DRAM, RAM Dinâmica, ou Dynamic Random-Access Memory, são caracterizadas pela possibilidade de gravação e leitura mais lentas que as SRAM (RAM Estática). Mas um ponto positivo nesse tipo de memória RAM é que ela possui alta capacidade para gravação de dados, ou seja, um espaço grande em seus blocos para armazenamento.

---

25) É correto afirmar que em uma mídia de armazenamento externo, como o HD SSD-Externo, por exemplo, com capacidade de 256 GB, não há espaço de armazenamento suficiente para alocar um backup de 268.435.456KB de arquivos.

Gabarito: Correto

Comentário: Embora 268.435.456KB de um arquivo seja equivalente a 256GB, não é possível alocar 256GB de arquivos em uma mídia com 256GB de espaço de armazenamento, pois as mídias de armazenamento não possuem a mesma unidade de medidas que os arquivos. Ex. 256GB de armazenamento é igual a 256.000MB e 256.000.000KB, pois são múltiplos de 1.000. Agora um arquivo de 256GB possui 262.144 MB e 268.435.456KB, que são múltiplos de 1024. Então faltariam 12.435.456KB ou ~12GB (equivalente) para armazenar 256GB de arquivos.

---

26) Vírus de computador e outros Malwares são pragas virtuais instaladas na máquina do usuário e são capazes de alterar o funcionamento do computador e danificar os arquivos do usuário. O vírus de celular é uma evolução do vírus de computador pessoal, pois seu ataque é concentrado em Smartphones, geralmente com sistemas operacionais Android, e programados para efetuar ligações quando o usuário executar o arquivo infectado.

Gabarito: Correto

Comentário: De acordo com a cartilha de segurança, Vírus de Telefone Celular são vírus que se propagam de celular para celular por meio da tecnologia bluetooth ou de mensagens MMS (Multimedia Message Service). A infecção ocorre quando um usuário permite o recebimento de um arquivo infectado e o executa. Após infectar o celular, o vírus pode destruir ou sobrescrever arquivos, remover ou transmitir contatos da agenda, efetuar ligações telefônicas e drenar a carga da bateria, além de tentar se propagar para outros celulares.

---

27) Em um caso hipotético, José, para garantir a segurança de seus dados pessoais, realiza uma cópia diária dos arquivos em um disco de armazenamento externo ao computador. Supondo que na segunda-feira, primeiro dia da cópia de segurança, José realizou uma cópia completa de seus dados e que de terça-feira até sexta-feira, daquela semana, foram realizadas cópias somente dos arquivos criados ou alterados após a cópia completa de segunda-feira. Seguindo essa situação hipotética, podemos concluir que o tipo de backup adotado por José, de terça-feira até sexta-feira, é válido somente para uma rotina de becape Diferencial.

Gabarito: Errado

Comentário: O erro é afirmar que o tipo de cópia apresentado é válido somente para uma rotina do tipo diferencial, sendo que as

informações apresentadas se encaixam em uma cópia do tipo incremental também. As informações não foram claras o suficiente para definir qual o tipo de backup que fora adotado, pois ambos backups são capazes de copiar somente os arquivos que foram criados e alterados desde o último backup. A diferença entre o backup Diferencial e o Incremental é que o primeiro copia os arquivos criados e alterados em todas as rotinas de backups, por não apagar a bandeira (Flag Archive), enquanto o último irá copiar apenas uma vez o arquivo criado e alterado após a última cópia total, por apagar o atributo de marcação após cada backup.

---

28) Cliente e fornecedor precisam trocar informações sigilosas sobre compras e demais serviços que envolvam somente as partes. Para que os dados compartilhados permaneçam em segredo garantindo a confidencialidade da informação, pode ser utilizada a criptográfica com utilização da assinatura digital. Com a utilização desse método criptográfico o criador da mensagem utiliza sua chave privada para criar as cifras criptográficas, enquanto o receptor da mensagem utiliza a chave pública do emissor para decifrar a criptografia.

Gabarito: Errado

Comentário: Realmente, uma das formas de criptografia de dados é a utilização da assinatura digital, com a assimetria de chaves – par de chaves. Mas o erro da questão é afirmar que a assinatura digital garante a confidencialidade, sigilo dos dados, entre os envolvidos, quando na verdade esse método garante apenas a Integridade e Autenticidade (Não-Repudio).

---

29) Os ataques de Phishing ocorrem, principalmente, por meio do envio de mensagens eletrônicas. É um tipo de fraude por meio da qual um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário ou uma empresa. Dentre outros, alguns métodos utilizados para obtenção dos dados são meios técnicos, engenharia social e também com a utilização de boatos, esse último enviado geralmente por canais de conversação instantânea, criando correntes falsas que atraem os alvos para ambientes críticos.

Gabarito: Correto

Comentário: Práticas de ataques ou técnicas de ataques, é um dos assuntos relacionados à Segurança da Informação que vem sendo apresentado pelas bancas como Malware ou uma Técnica de Segurança da Informação. Cuidado!!!, Malwares e Técnicas de Seguranças são conceitos diferentes de Práticas de ataques, mas todos esses itens estão relacionados ao tópico de segurança da informação.

Práticas de ataques são procedimentos adotados por atacantes, cracker ou hackers, de sistemas computacionais para tentar capturar informações dos usuários ou empresas, sem necessariamente com a utilização de Malwares para isso. As técnicas empregadas são várias, dentre elas estão envios de e-mail com pedidos de preenchimentos de formulários, envio de links com sites falsos para capturar informações pessoais, etc. A questão também apresenta a técnica e Hoax, que, traduzido para o português, significa engano, mentira, farsa. Consistem em uma Prática de Ataque em que o invasor tenta persuadir a vítima com histórias falsas que geralmente são enviadas por e-mail, aplicativos de mensagens instantâneas, em que o conteúdo da mensagem muitas vezes segue um cunho dramático ou religioso, criando correntes, o que acaba apelando para o lado emocional da vítima, facilitando a quebra da segurança da informação.

---

30) Após criar uma nova planilha no aplicativo LibreOffice Calc, versão 5 e configuração padrão em português, o usuário preencheu a planilha de acordo com a imagem a seguir.

	A	B
1	15	35
2	20	40
3	25	45
4	30	50
5		
6		
7		

Após preencher corretamente as células, o usuário clicou na célula B6 e digitou =SE(SOMA(A1:B4)<=260;FALSO;"VERDADEIRO"), após isso pressionou a tecla entra (enter). O resultado obtido com essas ações foi necessariamente o valor 0 (zero).

Gabarito: Correto

Comentário: A sintaxe, estrutura da função SE, é: =SE(critério; resultado verdadeiro; resultado falso). Na função "SE" as palavras VERDADEIRO e FALSO não precisam estar necessariamente entre aspas duplas (" "). Quando as palavras VERDADEIRO e FALSO não estiverem entre aspas duplas, o resultado será trocado para 0 quando falso ou para 1 quando verdadeiro, mas, se estiverem dentro de aspas duplas, a palavra não será alterada e o resultado continuará sendo o texto. Alterando os valores para resolver a questão, obtém-se: soma de A1 até B4 que é 260 e 260 é menor ou igual a 260. =SE(260<=260), resultado verdadeiro, então a resposta é 0, pois a palavra FALSO fora de aspas duplas altera o valor para 0. O fato de a palavra falso estar escrita no campo destinado ao resultado verdadeiro não altera o funcionamento da função.

Com o surgimento das redes de computadores, não demorou muito até que alguém pensasse em acessar um computador remotamente, ou seja, que o operador de uma máquina pudesse controlar outra sem estar presente fisicamente.

Fonte: (http://www.tecmundo.com.br/internet/6627-qual-a-diferenca-de-ssh-para-ftp-.htm)

31) Uma forma de realizar o acesso remoto citado no texto é utilizando o protocolo telnet, esse protocolo realiza o envio de dados na forma de texto criptografado pela Internet que contém inclusive senhas de acesso.

Gabarito: Errado

Comentário: O protocolo telnet, embora seja usado para acesso remoto, está cada vez mais sendo substituído pelo SSH por não oferecer segurança no transporte dos dados. No telnet até mesmo as senhas são transmitidas em modo texto aberto sem criptografia.

Julgue o próximo item, relativo aos aplicativos para a edição de textos e planilhas do ambiente Microsoft Office 2013.

32) No Word 2013, ao se clicar, com o botão esquerdo do mouse, na seta lateral do botão Aa, localizado na guia Página Inicial, grupo Fonte, serão mostradas opções para aumentar e diminuir o tamanho da fonte.

Gabarito: Errado

Comentário: O botão apresentado na questão, localizado na guia Página Inicial do grupo Fonte, é referente a mudar o texto selecionado para maiúsculo ou minúsculo e não alterar o tamanho da fonte. O botão para alterar o tamanho da fonte também está localizado na guia Página Inicial, grupo Fonte, ao lado do botão de Maiúsculo e Minúsculo.

---

33) Para o correto funcionamento de um programa Cliente de e-mail, como o Microsoft Outlook, por exemplo, o usuário deverá configurá-lo com sua conta de e-mail, protocolos, entre outras configurações. Caso o usuário opte pelo protocolo de recebimento IMAP *(Internet Message Access Protocol)*, as mensagens recebidas serão apresentadas apenas no servidor do serviço de e-mail do usuário e não poderão, neste caso, serem baixadas para o computador final.

Gabarito: Errado

Comentário: O IMAP – Protocolo de Acesso a Mensagem da Internet – é um protocolo utilizado para recebimento de e-mails. Considerado superior em recursos ao protocolo POP, pois as mensagens ficam armazenadas no servidor, empresa contratada, e não são baixadas para o computador. Isso permite ao usuário acessar as mensagens em qualquer computador, tanto por webmail como por cliente de correio eletrônico. O erro da questão é dizer que o usuário não poderá baixar as mensagens, quando, na verdade, isso é possível, depende apenas do usuário. O protocolo POP – Post Office Protocol (POP3), protocolo dos Correios é um protocolo utilizado para receber mensagens de e-mail. O POP baixa todas as mensagens contidas numa caixa de correio eletrônico, da empresa servidora, para o computador do usuário.

---

34) O Shell é o software que coloca o usuário em contato com o kernel do sistema operacional, por meio de uma interface gráfica ou de linha de comando.

Gabarito: Correto

Comentário: Ao abrir o prompt de comando do Windows (cmd) o usuário está abrindo um terminal Shell, assim como o Bash no Linux. O shell é usado para executar comandos de texto, scripts e até programas.

---

35) Para que um sistema operacional seja carregado corretamente, é necessário um gerenciador de boot *(boot manager)* instalado no computador. É possível que uma máquina contenha dois sistemas operacionais instalados ao mesmo tempo (*Dual Boot*), por exemplo Linux e Windows, onde o usuário poderá configurar a inicialização, adicionando um *boot* padrão entre um desses sistemas instalados ou caberá ao usuário escolher, toda vez que iniciar o computador, qual sistemas será executado naquela sessão.

Gabarito: Correto

Comentário: Para que um sistema operacional seja carregado (iniciado) corretamente, é necessário que um gerenciador de boot seja instalado no computador juntamente com o sistema operacional no setor, partição do Hard Disk, de MBR (Master Boot Record). Quando há mais de um sistema operacional instalado, o gerenciador de boot é responsável por apresentar a opção de qual o S.O. que será carregado, ou carregará aquele que fora marcado como padrão de inicialização. São tipos de Boot Manager do Windows NTLDR (New Tecnology Loader) e Windows Boot Manager. São tipos de boot manager do Linux GRUB (Grand Unified Bootloader), LILO (Linux Loader).

Em relação ao sistema operacional Linux, julgue o próximo item.

36) Ao executar o Linux, o utilizador poderá optar em operar o sistema por meio do modo interpretativo por comando de textos ou por meio de visualizações gráficas com o shell gráfico. Para o operador da máquina acessar o diretório que contém pontos de configurações de montagem para dispositivos removíveis, como Pendrive ou HD externo, deverá ser inserido o comando do diretório */media*.

Gabarito: Correto

Comentário: O Linux é um sistema que opera tanto em modo de Texto, CLI – Interface por Linhas de Comando (shell), quanto em modo de navegação gráfica (Shell Gráfico). Diferente do Windows que é apenas modo gráfico. Realmente o diretório /media contem pontos de montagem para mídia removível.

Diferente do diretório /mnt, que é o diretório reservado para montagem de sistemas de arquivos e arquivos em partições e discos locais e de rede. Segue uma lista com os principais diretórios do Linux.

/home = Armazena diretórios e arquivos de trabalho dos usuários comuns do sistema.

/root = Armazena diretórios e arquivos de trabalho do superusuário (root).

/boot= Contém o kernel e todos os arquivos necessários para a inicialização do sistema.

/bin = Contém aplicativos e utilitários do sistema.

/sbin= Contém ferramentas de configuração e manutenção do sistema. Alguns aplicativos acessíveis apenas ao superusuário são instalados neste diretório.

/srv = Dados de serviços fornecidos pelo sistema.

/lib = Contém as bibliotecas compartilhadas e os módulos do kernel.

/dev = Contém todos os dispositivos do sistema, tais como: modem, HD, floppy disk, CD-ROM, entre outros. Esses diretórios são utilizados para troca de informações, não possuindo existência real.

/etc = Contém todos os arquivos de configuração do sistema.

/tmp = Diretório reservado aos arquivos temporários utilizados por algumas aplicações.

/mnt = Diretório reservado para montagem de dispositivos e sistemas de arquivos em partições e discos locais e de rede.

Fonte: https://www.vivaolinux.com.br/dica/Diretorios-do-Linux

---

37) Extranet é um dos tipos de rede utilizada para a comunicação e acesso de recursos entre as filiais, fornecedores, cliente, com alto nível de confiabilidade. Para que seja possível a troca de informações e arquivos de qualquer parte do mundo, basta que essas unidades de comunicação autorizadas (servidores, computadores) estejam conectadas entre si para que a comunicação se estabeleça.

Gabarito: Correto

Comentário: Uma Extranet é, sim, um tipo de rede que é geralmente utilizada para a comunicação e acessar recursos entre as filiais, fornecedores, cliente com alto nível de confiabilidade além,

de permitir a troca de informações e arquivos de qualquer parte do mundo, basta que essas unidades de comunicação (servidores, computadores) estejam conectadas entre si para que a comunicação se estabeleça. É a rede. A conexão para comunicação é possível utilizando como meios de comunicação cabos (cabo de rede, cabo coaxial, fibra óptica) e também utilizando a Internet, sendo essa a mais usada e indicada para estabelecer esse tipo de formação de rede. Quando utilizamos a Internet para conectar duas ou mais Intranets, estabelecemos a chamada VPN – Virtual Private Network (rede virtual Privada). Internet significa rede mundial de computadores, palavra inglesa Int abreviação de international (internacional) e Net abreviação de network (rede) que também aparece em concursos públicos pelo sinónimo de WWW World Wide Web (rede mundial de computador). Intranet é "uma rede local de computadores, circunscrita aos limites internos de uma instituição", ou de outra forma podemos dizer que Intranet é uma rede particular de uma empresa. Tem como principal característica ser uma rede privada, mas são utilizados os mesmos programas e protocolos de comunicação empregados na Internet. Podemos dizer também que Intranet é uma rede empresarial ou também chamada de rede corporativa, portanto possui controles de acessos rigorosos, como, por exemplo, senhas de acesso.

---

38) Existem duas versões do Protocolo IP, o IPv4 que é formado por 32 bits divididos em 4 grupos de 8 bits e representado em Decimal, e o IPv6 que é formado por 128 bits divididos em 8 grupos de 16 bits e possui representação em Hexadecimal.

Gabarito: Correto

Comentário: Uma rede de computadores é criada para o compartilhamento de informações e para que uma rede de computadores seja formada é necessário que as máquinas a ela conectadas possuam endereços de identificação. O nome desses endereços que cada máquina recebe a ser conectada em uma rede é IP. O protocolo IP "Internet Protocol", traduzido para "Protocolo de Internet", é o protocolo responsável por conectar um computador em uma rede de computadores, com ou sem conexão com a Internet.

Existem dois modelos de Protocolo IP, o IPv4 e o IPv6, e o que precisamos conhecer sobre esses tipos de protocolos é que o endereço IPv4 é formado por 32 bits divididos em 4 grupos de 8 bits, representado em Decimal – de 0 a 9 – e o endereço IPv6 é formado por 128 bits divididos em 8 grupos de 16 bits, representado em Hexadecimal – de 0 a F.

Existe um cálculo lógico para definir o endereço IPv4 de uma máquina na rede de computadores, pois o IPv4 possui 256 endereços disponíveis em cada grupo de sua faixa que começa do 0 e vai até 255. Como é possível conectar aproximadamente mais de 4,29 bilhões de máquina em uma rede, então são criadas Sub-Redes para facilitar o gerenciamento dessas máquinas.

Com base nos conceitos sobre Internet, Intranet e VPN julgue o que se segue.

39) A Internet utiliza o modelo de comunicação Cliente-Servidor, modelo no qual a comunicação se baseia em um host chamado cliente que solicita conteúdo a um servidor que responde à solicitação. Uma vez que o modelo cliente-servidor é utilizado, há um servidor central para a Internet.

Gabarito: Errado

Comentário: Embora o modelo Cliente-servidor seja um modelo centralizado no servidor, e a Internet usá-lo como padrão, a Internet é um ambiente distribuído composto por vários servidores e não há um servidor central.

Atualidades e Conhecimentos Gerais

A reunião de cúpula do G20, cujos líderes se reúnem desde sexta-feira em Hamburgo (Alemanha), mostrou o isolamento do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação ao resto da comunidade internacional, devido a sua rejeição à luta contra a mudança climática e, em menor medida, pela questão do livre comércio. A reunião, realizada numa cidade tomada por 20.000 policiais e dezenas de milhares de manifestantes, dos quais uma minoria protagonizou embates violentos, evidencia uma correlação de forças inédita até agora: de um lado, os Estados Unidos, e do outro, o resto do mundo industrializado. 19 contra 1.

Fonte: (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/08/internacional/1499523490_246440.html).

40) Alguns dias antes do encontro do G-20 o governo de Donald Trump anunciou a imposição de barreiras contra determinados produtos siderúrgicos brasileiros. O anúncio foi feito pelo secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, e as sobretaxas cobradas pelo país poderão chegar a mais de 50%.

Gabarito: Correto

Comentário: Nos últimos meses, os dois governos chegaram a tratar do assunto até mesmo em reuniões na Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil queria garantias de que o processo estava correndo dentro das regras internacionais. O setor siderúrgico, um dos centros da política comercial de Donald Trump, recebeu promessas desde a campanha presidencial de que ganharia proteção por parte do novo chefe da Casa Branca.

---

41) Mesmo a questão ambiental não sendo a principal temática do encontro, o anúncio da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris foi uma questão abordada e debatida pelos chefes de Estado presentes em Hamburgo.

Gabarito: Correto

Comentário: A chanceler (primeira-ministra) da Alemanha, Angela Merkel, anfitriã da cúpula, admitiu que "onde lamentavelmente não há consenso é preciso refletir o dissenso, não escondê-lo" e se mostrou satisfeita porque todos os demais mandatários confirmaram seu compromisso com o acordo de Paris e se declararam dispostos a pô-lo em prática "o mais rapidamente possível" por meio de um plano de ação. A exceção presente foi Donald Trump, que se mantém inflexível quanto ao anúncio da saída dos Estados Unidos.

---

42) A postura protecionista, adotada por Donald Trump, em relação à política dos Estados Unidos, também esteve na pauta das discussões, uma vez que o G-20 procura reproduzir ideias de uma economia mais flexível para aumentar a dinâmica do mercado global.

Gabarito: Correto

Comentário: Em matéria de livre comércio, durante o encontro, foi possível chegar a uma fórmula de compromisso. O G20 expressa seu desejo de "lutar contra o protecionismo", como já fizera na

reunião do G7 em Taormina (Itália) em junho de 2017, e aposta num livre comércio "justo" e "baseado em regras", ao mesmo tempo que bendiz o uso de "instrumentos legítimos de defesa comercial", da maneira que pretendia a delegação norte-americana. Nesse cenário, algumas atitudes de Donald Trump foram criticadas.

43) Criado em 1999, o Grupo dos 20 (G20) é um fórum que reúne os vinte países mais ricos do mundo. Nos primeiros anos, as nações eram representadas nos encontros periódicos do G20 pelos ministros das finanças e chefes dos bancos centrais.

Gabarito: Errado

Comentário: O G-7 reunia os países mais ricos do mundo. O **G20** tem a ambição de ser mais representativo que o G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), que reúne apenas os países mais ricos. Juntas, as economias do G20 (19 países + União Europeia) equivalem a dois terços da população mundial, 80% do comércio e 85% da riqueza produzida. O erro da alternativa está em afirmar que o G-20 reúne os 20 países mais ricos, quando, na verdade, reúne 19 países (industrializados e emergentes) e mais a União Europeia.

44) Dados colhidos pela OMC apontam que, em todo o mundo, as medidas protecionistas aumentaram como consequência do protecionismo dos Estados Unidos após a o início do mandato de Donald Trump.

Gabarito: Errado

Comentário: A questão é justamente o contrário. Os dados colhidos pela OMC apontam que, em todo o mundo, as medidas protecionistas sofrem uma queda, em contraposição, elas estão em alta nos Estados Unidos desde que Trump assumiu o governo.

Outra das iniciativas da Casa Branca é a de justificar barreiras às importações de aço alegando a tese da "segurança nacional". Com a entrada de produtos estrangeiros, as usinas norte-americanas teriam sido enfraquecidas, algo perigoso durante um eventual período de guerra em que a indústria bélica teria de recorrer a produtos importados.

As mudanças podem começar a ser implementadas a partir de 2018, de acordo com o texto da MP, no segundo ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas pode ser antecipado para o primeiro ano, desde que com antecedência mínima de 180 dias entre a publicação da Base Nacional e o início do ano letivo. A BNCC encontra-se em discussão no Ministério da Educação e ainda terá de ser aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A expectativa é que a Base seja definida até o fim de 2017.

Fonte: (http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-02/conheca-os-principais-pontos-da-reforma-do-ensino-medio)

Levando em consideração o assunto abordado no texto e seus múltiplos desdobramentos, julgue as assertivas a seguir:

45) Um dos temas polêmicos dessa reforma foi o fato de que ela cria a base nacional curricular comum e proíbe a participação de não docentes na sala de aula.

Gabarito: Errado

Comentário: Como citado no enunciado, a base nacional comum curricular ainda está em discussão e, em relação aos docentes, existe a permissão para que professores sem diploma específico possam dar aulas no ensino técnico e profissional.

46) A reforma citada no texto estabelece a segmentação de disciplinas por áreas de conhecimento e amplia a carga horária total do Ensino Médio no Brasil.

Gabarito: Correto

Comentário: A reforma estabelece uma meta de ampliação da carga horária para pelo menos mil horas anuais. O prazo para que a nova carga horária seja implantada em todas as escolas de ensino médio é de, no máximo, cinco anos. O governo federal deve oferecer apoio financeiro.

Raciocínio Lógico Matemático

Considere o seguinte jogo de apostas: Numa cartela com 60 números disponíveis, um apostador escolhe de 6 a 10 números. Dentre os números disponíveis, serão sorteados apenas 6. O apostador será premiado caso os 6 números sorteados estejam entre os números escolhidos por ele numa mesma cartela. O quadro apresenta o preço de cada cartela, de acordo com a quantidade de números escolhidos.

Quantidade de números escolhidos em uma cartela	Preço da cartela (R$)
6	2,00
7	12,00
8	40,00
9	125,00
10	250,00

Cinco apostadores, cada um com R$ 500,00 para apostar, fizeram as seguintes opções:

▪Arthur: 250 cartelas com 6 números escolhidos;

▪Bruno: 41 cartelas com 7 números escolhidos e 4 cartelas com 6 números escolhidos;

▪Caio: 12 cartelas com 8 números escolhidos e 10 cartelas com 6 números escolhidos;

▪Douglas: 4 cartelas com 9 números escolhidos;

▪Eduardo: 2 cartelas com 10 números escolhidos.

Nessas condições, julgue o próximo item.

47) Os dois apostadores com maiores probabilidades de serem premiados são Douglas e Eduardo.

Gabarito: Errado

Comentário: Conforme o enunciado, podemos montar o seguinte quadro:

Apostador	Números de apostas realizadas
Arthur	$250 . C_{6,6} = 250 . 1 = 250$
Bruno	$41 . C_{7,6} + 4.C_{6,6} = 41 . 7 + 4 . 1 = 287+4 = 291$
Caio	$12 . C_{8,6} + 10.C_{6,6} = 12 . 28 + 10 . 1 = 336+10 = 346$
Douglas	$4 . C_{9,6} = 4 . 84 = 336$
Eduardo	$2 . C_{10,6} = 2 . 210 = 420$

Logo, os dois apostadores com maiores probabilidades de serem premiados são Eduardo com 420 apostas e Caio com 346 apostas.

O psicólogo de uma empresa aplica um teste para analisar a aptidão de um candidato a determinado cargo. O teste consiste em uma série de perguntas cujas respostas devem ser verdadeiro ou falso e termina quando o psicólogo fizer a décima pergunta ou quando o candidato der a segunda resposta errada. Com base em testes anteriores, o psicólogo sabe que a probabilidade de o candidato errar uma resposta é 20%.

Nessas condições apresentadas, julgue o próximo item.

48) A probabilidade de o teste terminar na quinta pergunta é 0,08192.

Gabarito: Correto

Comentário: A probabilidade de errar uma resposta é de 20% = 0,20, então, a probabilidade de acertar é 0,80. Para que o teste encerre-se na 5ª pergunta, o candidato deve:

a) das 4 primeiras respostas errar somente uma, cuja probabilidade é 4 . 0,20 e acertar as outras 3, cuja probabilidade é $0,80^3$.

b) errar a 5ª resposta, cuja probabilidade é 0,20.

Portanto, a probabilidade pedida é definida por: 4 . 0,20 . $0,80^3$. 0,20 = 0,08192.

As proposições A, B e C listadas a seguir constituem as premissas de um argumento:

A: Se a proteção de inventores é estabelecida atribuindo-lhes o monopólio da exploração comercial da invenção por um período limitado de tempo, então o direito de requerer uma patente de invenção contribui para o progresso da ciência.

B: Se o direito de requerer uma patente de invenção é utilizado tão somente para prorrogar o monopólio de produtos meramente "maquiados", aos quais nada efetivamente foi agregado, então esse direito não só não contribui para o progresso da ciência como também prejudica o mercado.

C: O direito de requerer uma patente de invenção, ou contribui para o progresso da ciência, ou prejudica o mercado, mas não ambos.

Tendo como referência essas premissas, em cada item é apresentada uma conclusão para o argumento.

Julgue se a conclusão faz que a argumentação seja uma argumentação válida.

49) Se a proteção de inventores é estabelecida atribuindo-lhes o monopólio da exploração comercial da invenção por um período limitado de tempo, então o direito de requerer uma patente de invenção não prejudica o mercado

Gabarito: Correto

Comentário: Simbolizando o argumento e resolvendo pelo método da 'conclusão falsa' ele será valido, pois a última premissa ficará falsa, e sendo a conclusão falsa e tendo pelo menos uma das premissas falsas o argumento é valido.

50) O direito de requerer uma patente de invenção contribui para o progresso da ciência ou prejudica o mercado.

Gabarito: Correto

Comentário: Simbolizando o argumento e resolvendo pelo método da 'conclusão falsa' ele será válido, pois a última premissa ficará falsa, e sendo a conclusão falsa e tendo pelo menos uma das premissas falsa o argumento é valido.

51) Se o direito de requerer uma patente de invenção for utilizado tão somente para prorrogar o monopólio de produtos meramente "maquiados", aos quais nada efetivamente foi agregado, então esse direito contribui para o progresso da ciência

Gabarito: Errado

Comentário: Simbolizando o argumento e resolvendo pelo método da 'conclusão falsa' ele será inválido, pois, todas as premissas ficarão verdadeiras, e sendo a conclusão falsa e todas as premissas verdadeiras o argumento é inválido.

Uma caixa contém uma cédula de R$ 5,00, uma de R$ 20,00 e duas de R$ 50,00 de modelos diferentes. Retira-se aleatoriamente uma cédula dessa caixa, anota-se o seu valor e devolve-se a cédula à caixa. Em seguida, repete-se o procedimento anterior.

Com base nessa situação, julgue o próximo item.

52) A probabilidade de que a soma dos valores anotados seja pelo menos igual a R$ 55,00 é igual a 75%.

Gabarito: Correto

Comentário: Dos 16 resultados possíveis e igualmente prováveis, em exatamente 12 deles a soma é pelo menos 55. A probabilidade é, pois, 12/16 = ¾ = 75%.

Um treinamento relativo às técnicas científicas de investigação está sendo preparado para um grupo de 720 policiais pré-selecionados. Para um melhor aproveitamento desse treinamento por parte dos policiais, foi realizada uma avaliação para identificar as suas deficiências em conhecimentos básicos de matemática, física e química, a fim de que sejam ministrados cursos de nivelamento antes do treinamento. Todos os policiais que apresentaram deficiências deverão frequentar os cursos de nivelamento nas respectivas áreas. A tabela abaixo mostra as frações dos 720 policiais que apresentaram deficiências em uma ou mais dessas áreas básicas.

deficiências apresentadas	fração de candidatos com essa deficiência
somente em física	1/12
somente em matemática	1/10
somente em química	1/16
somente em física e matemática	1/6
somente em física e química	1/8
matemática	4/9
física	7/16

Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

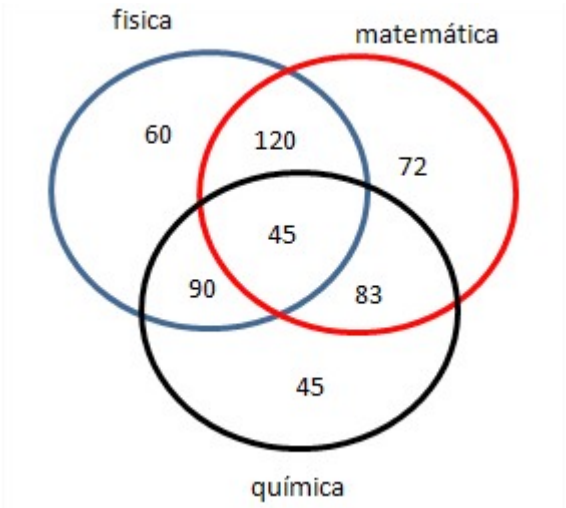
53) O número de policiais que deverão frequentar o curso de nivelamento em química é inferior a 240.

Gabarito: Errado

Comentário: Cálculo do número de policiais em cada grupo:

Deficiências	Fração	Quantidade
somente em física	1/12	60
somente em matemática	1/10	72
somente em química	1/16	45
somente em física e matemática	1/6	120
somente em física e química	1/8	90
matemática	4/9	320
física	7/16	315

Vamos representar estes valores no diagrama de Venn:



A quantidade de policiais com deficiência em química corresponde à quantidade de elementos no conjunto preto: 90 + 45 + 83 + 45 = 263.

Das proposições P, Q, R, S e C listadas a seguir, P, Q, R e S constituem as premissas de um argumento, em que C é a conclusão:

P: O tempo previsto em lei para a validade da patente de um fármaco é curto, uma vez que o desenvolvimento de um remédio exige muito investimento e leva muito tempo.

Q: O tempo previsto em lei para a validade da patente de um software é longo, já que o desenvolvimento de um software não exige muito investimento ou não leva muito tempo.

R: Se o tempo previsto em lei para a validade da patente de um fármaco é curto, a lei de patentes não atende ao fim público a que se destina.

S: Se o tempo previsto em lei para a validade da patente de um software é longo, a lei de patentes não atende ao fim público a que se destina.

C: Se o desenvolvimento de um remédio exige muito investimento, ou o desenvolvimento de um software não leva muito tempo, então a lei de patentes não atende ao fim público a que se destina.

Com base nessa argumentação, julgue os itens seguintes.

54) A negação da proposição "O desenvolvimento de um remédio exige muito investimento e leva muito tempo" está corretamente expressa por "O desenvolvimento de um remédio não exige muito investimento ou não leva muito tempo".

Gabarito: Correto

Comentário: a negação da conjunção (E) é uma disjunção (OU) além da negação das proposições que a compõem, conforme está na questão em apreço.

---

55) A proposição Q é equivalente a "Se o desenvolvimento de um software não exige muito investimento ou não leva muito tempo, então o tempo previsto em lei para a validade da patente de um software é longo".

Gabarito: Correto

Comentário: na proposição Q a expressão "já que" e tudo que vem depois dela funciona como uma explicação para a informação que está antes dela, logo é uma ideia de condicional invertido e sua reescrita com o uso do próprio conectivo fica igual ao que está na questão.

---

56) Conforme a proposição P, o fato de o desenvolvimento de um remédio exigir muito investimento é condição suficiente para se afirmar que o tempo previsto em lei para a validade da patente de um fármaco é curto.

Gabarito: Errado

Comentário: não é só o fato de o desenvolvimento de um remédio exigir muito investimento, também tem a questão do tempo, e ambos, juntos, é que são condição suficiente para se afirmar que o tempo previsto em lei para a validade da patente de um fármaco é curto.

Administração Pública

57) Tomando decisões, o administrador adequa continuamente a sua organização ou a unidade organizacional a qual administra. Nesse sentido, o planejamento é a função administrativa que, embora não defina objetivos, decide sobre os recursos e tarefas que são necessários para alcançá-los corretamente.

Gabarito: Errado

Comentário: uma vez que o planejamento é a função administrativa que define objetivos e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Como principal decorrência do planejamento, estão os planos. Os planos facilitam a organização no alcance de suas metas e objetivos. Além disso, os planos funcionam como guias ou balizamentos para assegurar os diversos aspectos.

---

58) A finalidade do controle é assegurar que os resultados do que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos. São características do controle a orientação estratégica para os resultados e a orientação rápida para as exceções.

Gabarito: Correto

Comentário: já que se constituem características do controle, dentre outras:

Orientação estratégica para resultados. O controle deve apoiar planos estratégicos e focalizar as atividades essenciais que fazem a real diferença para a organização;

Orientação rápida para as exceções. O controle deve indicar os desvios rapidamente, por meio de uma visão panorâmica sobre onde as variações estão ocorrendo e o que deve ser feito para corrigi-las adequadamente.

"A única tarefa do administrador é a de ser eficaz. […] A eficácia administrativa não é um aspeto de personalidade do administrador, mas é função da correta manipulação da situação. É desempenho, ou seja, não é que o administrador faz, mas o que ele obtém.". (CHIAVENATO, I. Administração geral e pública. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 142)

59) Há uma diferença entre o gerente eficiente e o gerente eficaz: este faz as coisas certas, enquanto que aquele faz as coisas da maneira certa.

Gabarito: Correto

Comentário: Exatamente como aduz o texto, de sorte que há uma sútil diferença entre eficácia e eficiência: este é o fato de se fazer o que lhe é determinado; enquanto que aquele é a eficiência, mas melhorada — não só concluir a tarefa, como também criar alternativas e obter resultados.

De acordo com Chiavenato (2008, p. 142): "Gerente eficiente: faz as coisas de maneira certa, resolve os problemas, cuida dos recursos, cumpre seu dever e reduz custos. Gerente eficaz: faz as coisas certas, produz alternativas criativas, otimiza a utilização dos recursos, obtém resultados, aumento lucros.".

Com base nos conceitos e normativas da administração pública julgue o que se segue.

60) A reforma administrativa dos anos 90 buscou a abertura do capital público, por meio de privatizações.

Gabarito: Correto

Comentário: A reforma buscava atingir os objetivos do neoliberalismo, aplicando o conceito de "Estado Mínimo", ou seja, visava desinflar a máquina pública.

---

61) O modelo de administração burocrático implantado na primeira reforma administrativa introduz o formalismo à administração pública, juntamente com a meritocracia e a profissionalização do trabalho por meio de divisão racional do trabalho, como também busca atender aos anseios dos cidadãos, como parâmetro de qualidade.

Gabarito: Errado

Comentário: Para a administração burocrática, ter qualidade é cumprir com efetividade o planejamento e seguir os processos previamente definidos, nesse modelo não há preocupação com o cidadão. É a administração gerencial que se volta ao cidadão para atender às suas expectativas como qualidade e busca excelência ao superá-las.

---

62) O termo governança está relacionado às condições do exercício da autoridade política. Enquanto a governabilidade qualifica o modo de uso dessa autoridade.

Gabarito: Errado

Comentário: "O termo governabilidade está relacionado ao grau no qual o sistema político se institucionaliza. Assim, enquanto a governabilidade diz respeito às condições do exercício da autoridade política, a governança qualifica o modo de uso dessa autoridade" (Matias-Pereira, 2014 4ª Ed.)

Ética no Serviço Público

A insatisfação com a conduta ética no serviço público é um fato que vem sendo constantemente criticado pela sociedade brasileira. De modo geral, o país enfrenta o descrédito da opinião pública a respeito do comportamento dos administradores públicos e da classe política em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal. A partir desse cenário, é natural que a expectativa da sociedade seja mais exigente com a conduta daqueles que desempenham atividades no serviço e na gestão de bens públicos.

Levando em consideração a questão da Ética, e os Decretos 1.171/94 que aprova o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, e o 6.029/07 que institui o Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal, julgue as assertivas a seguir.

63) É o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, que consolida a moralidade do ato administrativo, por isso dentro da abordagem ética, nem todo ato legal é ético, mas toda conduta ética é legal.

Gabarito: Correto

Comentário: O servidor, em sua conduta, precisa ter equilíbrio entre a legalidade e a finalidade para que a moralidade pública seja preservada. Por exemplo, nada adianta um servidor cometer um ato que tenha finalidade positiva se não for, ao mesmo tempo, um ato legal.

---

64) Qualquer brasileiro poderá provocar a atuação da comissão de ética pública visando à apuração de infração ética imputada à agente público, órgão ou setor específico de ente estatal, sendo vedado o anonimato.

Gabarito: Errado

Comentário: O Artigo 11, do decreto 6.029/07 estabelece que: Qualquer CIDADÃO, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CEP ou de Comissão de Ética, visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal. De acordo com o decreto, qualquer Cidadão, e não qualquer brasileiro, poderá provocar a atuação da CEP. A complementação "sendo vedado o anonimato" também não está presente no Artigo 11 do referido decreto.

Administração Financeira e Orçamentária

65) A revisão crítica dos gastos tradicionais de cada unidade orçamentária é característica da técnica de elaboração orçamentária denominada orçamento base zero.

Gabarito: Correto

Comentário: O Orçamento Base Zero tem como características:

a revisão crítica dos gastos tradicionais de cada unidade orçamentária;

o estabelecimento de objetivos e a quantificação de metas, com a consequente formalização de programas visando ao atingimento de metas ao alcance dos objetivos;

elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.

---

66) A Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2017 de um determinado ente federativo contém dotações orçamentárias suficientes para suportar 18 meses de despesas com pessoal e encargos. Este procedimento contraria o princípio orçamentário da exclusividade.

Gabarito: Errado

Comentário: Neste caso se um determinado ente federativo contém dotações orçamentárias suficientes para suportar 18 meses de despesas com pessoal e encargos, ele contraria o princípio orçamentário da ANUALIDADE.

Direito Penal

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito penal.

Considere a seguinte situação hipotética.

Thiago Laranjado, vulgo *Limonada*, é um ladrão conhecido na região de Capão Redondo – SP, o qual roubou um veículo Mercedes-Benz AMG GT C Roadster (2018) — avaliado em R$ 1.085.931,00 — no dia 20/10/2017 e, no dia 21/10/2017, enquanto desfilava com o carro, foi abordado por Maria e Joana, assaltantes expertas, que lhe convidaram para tomar uma caipirinha. Após alguns copos, elas colocaram barbitúricos em sua bebida e o levaram ao Motel *Sexy Saby*, ele ficou completamente ébrio, assim que lhe reduziram a capacidade de resistência à impossibilidade, subtraíram o veículo.

67) Nessa situação, elas devem responder por roubo próprio, mediante violência imprópria, circunstanciado, mesmo que o objeto seja derivado de crime e não esteja sob posse do legítimo dono.

Gabarito: Correto

Comentário: Estamos diante do roubo próprio (*caput* do art. 157, CP) mediante a **violência imprópria**: *subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.* Sobre este tema, tanto para o furto, quanto para o roubo, mesmo para a extorsão (qualquer delito), o conceito de detenção ou posse do objeto móvel não necessita ser legítimo, abarcando também o ilegítimo (como é o caso da questão, sendo o sujeito passivo o dono verdadeiro do objeto).

Nas lições de Gonçalves (2017): *"Não importa, outrossim, se a posse é ilegítima. Por isso,* ***comete crime o ladrão que furta objeto anteriormente furtado por outro*** *(ladrão que furta ladrão). É que, embora o primeiro ladrão não seja dono do bem, a coisa é alheia em relação ao segundo. A vítima do último furto, todavia, não é o primeiro furtador, e sim o dono do objeto.".*

O sujeito passivo do segundo delito é o legítimo dono do objeto, entretanto não se desclassifica o delito, aponta Cunha (2017): *"Protegendo somente a posse legítima,* ***ladrão que subtrai ladrão pratica furto****, tendo como vítima, porém, o real dono da coisa (legítimo possuidor).".*

Ademais, o fato de se praticar o roubo em concurso de agentes é hipótese majorante (circunstanciado) que lhe aumenta a pena (art. 157, §2º, II, CP).

Roubo

Art. 157, CP: *"Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:*

Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§1º. Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, afim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§2º. A pena aumenta-se de um terço até metade:

se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

se há o concurso de duas ou mais pessoas;

se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

§3º. Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.".

– Referências bibliográficas**:**

GONÇALVES, V. E. R. **Direito Penal Esquematizado:** Parte Especial. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 345.

CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal:** Parte Especial. 9ª ed. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 269.

---

68) Caso Laurindo McLoving, perante a autoridade policial competente, tenha afirmado ser Rick M. Nóbrega (em situação de autodefesa), ele será punido como se tivesse apresentado o documento de identidade verdadeiro deste, pois o sistema penal brasileiro, no tocante aos delitos contra a fé pública, unificou os crimes de atribuir-se falsa identidade para obter vantagem e o uso, como próprio, de documento de identidade alheio, em uma única figura típica.

Gabarito: Errado

Comentário: Não foram unificados estes delitos, havendo, portanto, diferença penal entre os artigos 307 (falsa identidade) e o 308 do Código Penal. Apesar de o crime previsto no art. 308 não possuir nome (*nomen juris*) a doutrina o tem chamado de: *"uso de documento de identidade alheio como próprio".*

A distinção entre eles está exatamente no "uso de documento" verdadeiro alheio como próprio (art. 308, CP) ou ceder a outrem, cuidado, pois **o documento deve ser verdadeiro**, caso seja falso, então incorrerá no art. 304 do CP (*uso de documento falso*).

"Uso de documento de identidade alheio como próprio"

Art. 308, CP: *"Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:*

Pena – detenção, de quatro meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.".

Para se incorrer na **falsa identidade** (art. 307, CP) e consumar tal crime, o agente atribui a si ou a terceiro falsa qualificação (nome,

idade, endereço, estado civil, filiação, trabalho, sexo, etc.) com a finalidade específica de se obter vantagem ou causar dano a outrem, como se trata de delito formal, a obtenção desta vantagem é *mero exaurimento* do crime (sua consumação é antecipada, no momento em que "mente").

Falsa identidade

Art. 307, CP: *"Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem:*

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elementos de crime mais grave.".

Na doutrina, havia certa divergência se era possível a sua incriminação quando alegada autodefesa perante autoridade policial, hoje inexiste divergência, na medida em que os Tribunais Superiores afirmam ser típica tal conduta.

STJ, Súmula nº 522: *"A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.".*

"O princípio constitucional da autodefesa (art. 5º, inciso LXIII, da CF/88) não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente (art. 307 do CP).". **(STF, RG no RE 640.139/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 22/09/2011, Tribunal Pleno, REPERCUSSÃO GERAL, *DJe* 14/10/2011)** Acórdãos citados: HC 70179/SP, HC 72377/SP, HC 73161, HC 92763/MS, AgR no RE 561704/SP – Vide Inf. 537.

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito penal e na posição dos tribunais superiores.

Considere a seguinte situação hipotética.

Jacinto Pena, vulgo *Pomba*, é morador da cidade de São Paulo – SP e para burlar o sistema de "rodízio" tem utilizado fitas isolantes pretas na placa de seu veículo automotor. Em certo dia, Jacinto, na direção de seu carro, estava em velocidade superior à máxima permitida para o local, medido por um "pardal" — radar fotográfico controlador de velocidade —, situação na qual se configurou infração de trânsito que foi aplicada ao Sr. Carlos Casca Grossa, que, por coincidência, possuía um veículo de mesma cor e modelo de *Pomba*, o qual, após adulterar a placa, ficou com a mesma identificação do veículo do Sr. Casca Grossa. Depois da defesa do Sr. Carlos em processo administrativo, foi constado que, na verdade, tratava-se do veículo do Sr. Pena.

69) Conforme a jurisprudência do STF e do STJ, acerca do Direito Penal, é correto afirmar que é típica a conduta de *Pomba* — Sr. Jacinto Pena —, pois alterar a numeração da placa de veículo com fita adesiva preta, embora seja falsificação grosseira, configura adulteração de sinal identificador de veículo (art. 311, CP).

Gabarito: Correto

Comentário: Embora haja divergência doutrinária, para os tribunais superiores é típica a adulteração de placa de veículo com fita adesiva preta (fita isolante), mesmo que seja grosseira tal falsificação. Nesse mesmo diapasão, cobrou a banca Cespe em 2017, cargo: Agente de Segurança Penitenciária do Estado de Pernambuco, órgão: SERES – PE, questão n.º 41, gabarito definitivo.

STF: *"Art. 311, 'caput', do CP.* Adulteração de placa traseira do veículo com aposição de fita isolante preta. *As placas de um automóvel são sinais identificadores externos do veículo, obrigatórios conforme dispõe o Código de Trânsito Brasileiro.* A jurisprudência do STF considera típica a adulteração de placa numerada dianteira ou traseira do veículo.". **(STF, RHC 116.371/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 13/08/2013, 2ª Turma, *DJe*22/11/2013)** Precedentes do STF: HC 79.780/SP, HC 107.507/RS, HC 108.097/RS.

STJ: *"O Superior Tribunal de Justiça, pelas turmas que compõem a sua Terceira Seção, firmou o entendimento pela* tipicidade da conduta de alterar a placa de veículo automotor através de fitas adesivas, *uma vez que a placa é sinal externo de identificação veicular.".* **(STJ, AgRg no AREsp 606.634/SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 16/06/2015, 5ª Turma, *DJe* 29/06/2015)** Precedentes do STJ: AgRg no REsp 1.327.888/SP, AgRg no REsp 1.186.950/RJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.329.449/SP, AgRg no AREsp 289.649/MG.

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito penal, na posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas doutrinas majoritárias contemporânea.

Considere a seguinte situação hipotética.

José da Brita, vulgo *Pedra*, é servidor público federal estável, detentor de cargo de provimento em caráter efetivo, praticou deliberadamente a conduta típica prevista no art. 312, *caput*, do Código Penal, na modalidade peculato-desvio.

70) Nessa situação, caso *Pedra* — Sr. José da Brita — tenha reparado integral e voluntariamente o dano de sua conduta (peculato doloso) antes do recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público ao juiz competente, então será possível, em tese, a benesse de diminuição de sua pena entre os patamares de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

Gabarito: Correto

Comentário: Atualmente, *no peculato doloso* (art. 312, *caput* e §1º, CP), o instituto do arrependimento posterior (art. 16, CP) é cabível se preenchidos todos os seus requisitos. A assertiva descreveu hipótese em que ocorrerá a causa geral de **diminuição de pena** (um a dois terços), por isso a questão está correta.

Diferentemente, *no peculato culposo* (art. 312, §2º, CP), a reparação integral do dano se ocorre antes ou depois do recebimento da denúncia, mas antes da sentença irrecorrível (trânsito em julgado), gerará a *extinção da punibilidade* e, se lhe é posterior, *diminuirá a pena* imposta pela metade (art. 312, §3º, CP).

Tanto a doutrina majoritária como o STJ entendem a possibilidade do arrependimento posterior ao peculato doloso.

Corrobora a jurisprudência do STJ: *"A* reparação do dano antes do recebimento da denúncia *não exclui o crime de* ***peculato doloso****, diante da ausência de previsão legal.* Poderá influir, no entanto, quando da fixação da pena, nos termos do art. 16 do Código Penal.". **(STJ, HC 88.959/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 16/09/2008, 5ª Turma, *DJe* 06/10/2008)**

Sobre o peculato e a reparação do dano, há 5 (cinco) situações possíveis resultantes:

NO PECULATO DOLOSO (art. 312, *caput* e §1º, CP):

1.1) Reparação antes do recebimento da denúncia: *diminuição de pena de um a dois terços — arrependimento posterior* (art. 16, CP).

1.2) Reparação depois do recebimento da denúncia e antes da sentença irrecorrível: *circunstância atenuante genérica* (art. 65, III, "b", CP).

1.3) Reparação após a sentença irrecorrível: *efeito algum.*

NO PECULATO CULPOSO (art. 312, §2º, CP):

2.1) Reparação antes ou depois do recebimento da denúncia, mas antes da sentença irrecorrível: *extinção da punibilidade* (art. 312, §3º, primeira parte, CP);

2.2) Reparação depois da sentença irrecorrível: *diminuição de metade da pena* (art. 312, §3º, parte final, CP).

Para a resolução dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Considere que todos os agentes são penalmente imputáveis.

Texto I.

Anta Gorda, 22 de outubro de 2017.

Mela esquete!

Em 29 de dezembro de 1996, após o 33º aniversário anta-gordense, um duplo homicídio ocorrera, mas, até então, sem solução. A autoridade policial competente desarquivou o inquérito policial do processo, havia, pois, agora no século XXI (2016), novas provas sobre o fato.

Epílogo

Domingo St. Sunday, um jovem rapaz com exímia vocação teatral, havia terminado a matinê daquele dia, no entanto não terminaria o seu esquete naquela noite. Sua representação era baseada em certos nobres conhecidos na região sul-rio-grandense, desde o barão Rick M. Nóbrega até o arquiduque Laurindo McLoving. À medida que o sucesso daquele provocava o maior estardalhaço, causava um verdadeiro despautério a este, o qual, na semana pretérita, dera nele um tostão[1], como forma de advertência.

Prólogo

St. Sunday fazia muito o uso de opiáceos sintetizados, como a morfina e a heroína, e álcool imoderadamente e, dada sua idade pós-púbere e popularidade, tinha uma vida sexual muito ativa. Contudo, preferia mulheres com *sex experience* (experiência sexual) e, por isso, frequentava muito o bordel de Pussy Kamikaze *— a líder da organização criminosa "mela-calcinhas", mais conhecida no Brasil como "Perereca Suicida", possuía, além desse, outros codinomes, como "PPK do Mal" e "caftina anarquista", pelo aliciamento constante de jovens à vida da prostituição e lucratividade pela intermediação de encontros para satisfazer a lascívia doutrem* —, onde conheceu sua amada Bromélia, 18 (dezoito) anos, esbelta, pele pálida, cabelo prateado, olhos azuis celestes e meretriz. O caso dos dois trouxe certa implicação para com seus fregueses — em especial, McLoving — uma vez que se tornou exclusividade de Domingo, agora, seu noivo.

O acordo

O arquiduque não feliz com os esquetes cômicos sobre a fidalgaria e a aristocracia, viu-se sabotado pelo jovem ator, impotente no amor e na vida política, diga-se de passagem, era praticamente dono daquela cidade, na qual se virou contra ele, descrédito total. Então, certa madrugada, conversando com a traficante de heroína, ópio e seus derivados, também dona do prostíbulo nobre da cidade, Pussy Kamikaze, acordou certo valor para que esta colocasse no lubrificante íntimo de Bromélia cicuta — *veneno feito do gênero de plantas apiáceas*. Assim, poderia "matar dois coelhos com uma cajadada só", ou seja, ambos morreriam com o plano maquiavélico. O pagamento fora feito à vista, R$ 200 mil, saque efetuado no Banco Bamerindus, no dia seguinte, 27 de dezembro de 1996, no guichê nº 2, às 11h da manhã, sob o registro documentado 212**585**212. Na noite seguinte, o plano ardiloso se consumou perfeitamente.

A morte

Durante a matinê de domingo, St. Sunday sentira fortes dores nas pernas e na região pélvica — *era o veneno fazendo efeito* —, não lhe deixara o moral abalar, continuou o evento e foi ovacionado ao final. No camarim do Teatro Municipal, desmaiara 10 minutos antes da peça noturna, morreram após 20 minutos Domingo e sua amada.

[1]Tostão (Bras.Pop.): joelhada nos músculos da coxa.

Levando a situação hipotética presente no **Texto I**, julgue o próximo item a respeito da legislação penal vigente, as jurisprudências dos tribunais superiores e doutrinas majoritárias contemporânea.

71) Nessa situação, não haverá concurso de pessoas no homicídio qualificado entre Pussy Kamikaze e Laurindo McLoving acerca das mortes de Bromélia e Domingo St. Sunday.

Gabarito: Errado

Comentário: A regra geral é que somente as *circunstâncias objetivas* podem se comunicar, por exemplo, as qualificadoras do homicídio dos incisos III (meios de execução) e IV (modos de execução), contudo se as *circunstâncias subjetivas* ou de *caráter pessoal* forem elementares do crime, é possível a comunicação no concurso de agentes (art. 30, CP), o conhecimento dessas circunstâncias é obrigatório para que se transmita no concurso de pessoas, tanto objetivas quanto subjetivas.

Circunstâncias incomunicáveis

Art. 30, CP: *"Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.".*

No caso da questão, embora a qualificadora seja de *natureza subjetiva*, prevalece que haverá o concurso de pessoas em **homicídio qualificado mercenário** (art. 121, §2º, I, CP), responderão por esse crime tanto o executor (mercenário) quanto o mandante (contratante), dado que se trate de delito *de concurso necessário* (plurissubjetivo) porque necessita de pelo menos duas pessoas (mandante e executor). Esse é o entendimento dos Tribunais Superiores, se o motivo que levou o mandante contratar um mercenário for repugnante ou desprezível (como é o caso da questão), então haverá a qualificadora para ambos.

"No homicídio mercenário, a qualificadora da paga ou promessa de recompensa é elementar do tipo qualificado e se estende ao mandante e ao executor.". **(STJ, AgRg no REsp 912.491/DF, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 09/11/2010, 6ª Turma, *DJe* 29/11/2010)**

Contudo, se o motivo for nobre (por exemplo, para matar o estuprador da filha), não haverá comunicação da qualificadora.

STJ, INFORMATIVO Nº 575:

*"**O reconhecimento da qualificadora da 'paga ou promessa de recompensa' (inciso I do § 2º do art. 121) em relação ao executor do crime de homicídio mercenário não qualifica automaticamente o delito em relação ao mandante, nada obstante este possa incidir no referido dispositivo caso o motivo que o tenha levado a empreitar o óbito alheio seja torpe.** (…) É bem verdade que nem sempre a motivação do mandante será abjeta, desprezível ou repugnante, como ocorre, **por exemplo, nos homicídios privilegiados, em que o mandante, por relevante valor moral, contrata pistoleiro para matar o estuprador de sua filha**. Nesses casos, a circunstância prevista no art. 121, § 2º, I, do CP não será transmitida, por óbvio, ao mandante, em razão da incompatibilidade da qualificadora do motivo torpe com o crime privilegiado, de modo que **apenas o executor do delito** (que recebeu a paga ou a promessa de recompensa) responde pela qualificadora do motivo torpe.".* **(STJ, REsp 1.209.852/PR, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 15/12/2015, 6ª Turma, *DJe* 02/02/2016)**

---

72) Além da qualificadora mercenária do homicídio executado por Pussy Kamikaze, de natureza subjetiva, é possível se reconhecer a pluralidade de qualificadoras, por exemplo, ela também responderá pela qualificadora de natureza objetiva do emprego de veneno.

Gabarito: Correto

Comentário: É possível o reconhecimento de mais de uma qualificadora no homicídio (art. 68, CP), mas, obviamente, o réu não receberá mais do que 30 anos (art. 75, CP).

São de *natureza subjetiva* as qualificadoras dos incisos I, II, V, VI e VII (do § 2º, art. 121, CP), respectivamente: torpe (ou mercenário), fútil, conexão, feminicídio e funcional. Já os incisos III e IV são de *natureza objetiva*, como é o caso do **emprego de veneno**, que somente poderá incidir se for de forma insidiosa (sem a vítima saber, escondido), caso a vítima tenha conhecimento, será **meio cruel**.

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. **HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO**. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO PISO MÍNIMO. MOTIVAÇÃO CONCRETA AO PRESENTE CASO. ELEVAÇÃO DA PENA-BASE JUSTIFICADA. A majoração da pena ocorreu também por uma das **qualificadoras** (recurso que dificultou a defesa da ofendida), que pode, sem problema algum, ser levada para a primeira fase da dosimetria, haja vista a existência de **mais duas qualificadoras** que foram consideradas na terceira fase (motivo fútil e meio cruel).".* **(STJ, AgRg no HC 388.197/SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 08/08/2017, 6ª Turma, *DJe* 16/08/2017).**

---

73) Supondo que, quando os homicídios foram praticados, estava em vigência a lei *Xis* e, em seguida, passou a viger a lei *Dáblio*, que, além de ser mais gravosa, revogou a lei *Xis*. Depois de tais fatos, em 2016, Laurindo McLoving foi levado a julgamento pelo cometimento do citado delito. Nessa situação, o magistrado terá de se fundamentar no instituto da retroatividade em benefício do réu para aplicar a lei *Xis*, por ser esta menos rigorosa que a lei *Dáblio*.

Gabarito: Errado

Comentário: Vigora no direito pátrio o princípio do *tempus regit actum* (o tempo rege o ato), ou seja, a **regra** é de se aplicar a *lei penal do tempo do crime*, a **exceção** é a *extra-atividade* da lei penal: retroatividade (volta no tempo) e ultra-atividade (continua a vigorar). Na questão, o magistrado deverá utilizar o instituto da ultra-atividade (a lei continua vigorando) em benefício do réu para aplicar a lei *Xis*.

Se utilizasse o da retroatividade (volta no tempo), então acabaria aplicando a lei *Dáblio* (mais gravosa). Ressalta-se que a **regra** é que *a lei penal não retroagirá*, **excepcionalmente** *ela retroagirá para beneficiar o réu*(art. 5º, XL, CF).

Diante disso, extrai-se que *a lei penal mais gravosa nunca retroagirá*, porém o instituto da ultra-atividade pode ser para beneficiar e para prejudicar (excepcionalmente), como são os casos das leis excepcionais e temporárias, previstas no **art. 3º do CP**: *"A lei excepcional ou temporária,* embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, ***aplica-se ao fato praticado durante sua vigência***.".

Decore:

(<- –) **Retroatividade:** volta no tempo.

(– ->) **Ultra-atividade:** continua a vigorar.

---

74) Se Bromélia tivesse dito a McLoving que estava prenha dele, duas semanas antes de sua morte, e, mesmo assim, ele tenha desejado a morte dela e de seu filho — o que efetivamente ocorreu. Nessa situação, apenas com relação a Bromélia e a seu filho, ele deveria responder em concurso formal próprio (ou perfeito) de crimes pelos dois homicídios (o da mãe e o do feto), aplicando-se a regra da exasperação da pena.

Gabarito: Errado

Comentário: Uma vez que Bromélia ainda era gestante, a morte do feto é hipótese de aborto (vida intrauterina). Como McLoving possuía desígnios autônomos (quis os dois resultados dolosos), haveria, na verdade, o **concurso formal impróprio (ou imperfeito)** de crimes e aplicação do cúmulo material das penas (art. 70, parte final, CP), pelo *homicídio da mãe* (art. 121, CP) e pelo *aborto do feto* (art. 125, CP).

Concurso formal

Art. 70, CP: *"Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.* As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código.".

---

75) Caso Laurindo tenha oferecido certa quantia em dinheiro ao perito, durante a investigação criminal, para que ele alegasse que as mortes se deram por overdose de heroína, morfina e álcool, então ele responderia, nesse caso, em concurso de agentes pelo crime de falso testemunho ou falsa perícia (art. 342, CP).

Gabarito: Errado

Comentário: Nesse caso, Laurindo McLoving responderia pelo crime previsto no artigo posterior ao do falso testemunho ou falsa perícia, o art. 343 do CP, apesar de não possuir *nomen juris*, a doutrina nomeia-o de ***"corrupção ativa de testemunha ou perito".***

"Corrupção ativa de testemunha ou de perito"

Art. 343, CP: *"Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação:*

Pena – reclusão, de três a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.".

Além disso, o crime previsto no art. 342 do CP (falso testemunho ou falsa perícia) é **delito de mão própria** (de atuação pessoal ou conduta infungível), que, via de regra, *não admite coautoria, apenas participação*, assim, caso duas testemunhas venham a mentir no processo, haverá dois crimes de falso testemunho para cada um deles. Contudo, os Tribunais Superiores têm posição de que o **falso testemunho** (*delito de mão própria*) admite a coautoria entre a testemunha faltosa e o advogado instruidor.

Então, tenha cuidado acerca disso, se a prova perguntar de forma **genérica** que *os delitos de mão própria não admitem a coautoria, mas somente a participação*, você diz que está CORRETO; entretanto, se ela perguntar que *todos os crimes de mão própria não admitem a coautoria*, está INCORRETO, uma vez que há esta **exceção**: falso testemunho (art. 342, CP), entre a testemunha faltosa e o advogado instruidor.

*"**EMENTA: COAUTORIA ATRIBUÍDA A ADVOGADO EM CRIME DE FALSO TESTEMUNHO. POSSIBILIDADE.** Advogado que instrui testemunha a apresentar falsa versão favorável à causa que patrocina. Posterior comprovação de que o depoente sequer estava presente no local do evento. Entendimento desta Corte de que é possível, em tese, atribuir a advogado a coautoria pelo crime de falso testemunho.".* **(STF, HC 75.037/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ ac. Min. Maurício Corrêa, julgado em 10/06/1997, 2ª Turma, *DJ* 20/04/2001)** No mesmo sentido: RHC 81327/SP; RE 107862/SP; RHC 53565/SP.

"O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que, apesar do crime de falso testemunho ser de mão própria, pode haver a participação do advogado no seu cometimento.". **(STJ, HC 30.858/RS, Rel. Min. Paulo Gallotti, julgado em 12/06/2006, 6ª Turma, *DJ* 01/08/2006)** No mesmo sentido: RHC 1501/SP; RHC 3046/SP; RHC 5275/SP; HC 8434/SP; HC 19479/SP; REsp 402783/SP.

---

76) Se Bromélia tivesse dito à Pussy Kamikaze, antes de sua morte, que estava prenha e, mesmo assim, ela a tenha envenenado assumindo o risco da morte do feto (dolo eventual), sem que este tenha falecido, ou seja, ele sobreviveu. Nessa situação, Pussy Kamikaze não responderia pela tentativa de ceifar a vida intrauterina, haja vista que não se admite tentativa em dolo eventual.

Gabarito: Errado

Comentário: Os Tribunais Superiores possuem posição pela possibilidade de tentativa (art. 14, II, CP) no dolo eventual por ser dispositivo único (art. 18, I, CP): crime doloso.

"Esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido da compatibilidade entre o dolo eventual e o crime tentado.".

(STJ, AgRg no REsp 1.176.324/RS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 16/02/2016, 5ª Turma, *DJe* 23/02/2016) Precedentes do STJ: *AgRg no REsp 1322788/SC; AgRg no AREsp 608605/MS; AgRg no REsp 1405123/SP; AgRg no REsp 1199947/DF.* No mesmo sentido **(STJ)**: *RHC 6797/RJ; HC 147729/SP*. No mesmo sentido **(STF)**: *HC 114223/SP; RHC 39335/RJ*.

---

77) O fato de McLoving ter agido impelido pela paixão não se trata de hipótese dirimente, isto é, não é excludente da culpabilidade.

Gabarito: Correto

Comentário: A questão está correta, uma vez que a *imputabilidade* é um dos elementos da **culpabilidade** (*imputabilidade, potencial consciência da ilicitude* e *exigibilidade de conduta diversa*), sendo que a emoção, a paixão e a embriaguez voluntária ou culposa *não excluem a imputabilidade* (art. 28, CP). Ademais, usam-se os verbetes **dirimentes** ou **exculpantes** para as *causas que excluem a culpabilidade*.

Emoção e paixão

Art. 28, CP: *"Não excluem a imputabilidade penal:*

a emoção ou a paixão;

Embriaguez

a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

§1º. É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o

caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

§2º. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.".

Direito Processual Penal

Acerca do tema provas em Processo Penal, assinale certo ou errado.

78) Deve a testemunha cingir-se a declarar aquilo que apreciou, sem emitir opinião pessoal, salvo quando inseparáveis da narrativa dos fatos.

Gabarito: Correto

Comentário: O artigo 213 do CPP admite que a testemunha sobressaia de maneira sentimental durante o seu depoimento, desde que essa conduta tenha relação direta com o fato criminoso.

---

79) O exame complementar pode ser determinado de ofício, pelo juiz ou delegado, ou a requerimento do MP, ofendido, acusado, ou do defensor. Sua não realização, por terem desaparecido os vestígios, pode ser suprida por prova testemunhal.

Gabarito: Correto

Comentário: É o que prevê o artigo 168 do CPP. Vale dizer que o lapso de 30 dias do exame complementar começa a contar a partir do fato criminoso, e não do primeiro exame.

---

80) É vedado o testemunho de quem ficou sabendo de fato criminoso em decorrência de ofício, ou seja, atividade eminentemente derivada da lei.

Gabarito: Errado

Comentário: A atividade advinda diretamente da lei é a função, naturalmente a função pública. O ofício é uma atividade eminentemente mecânica.

---

81) De acordo com o recente entendimento do STJ, caso haja situação de flagrante, é admitido à polícia acessa dados de Smartphone, ainda que sem mandado judicial, por estar o indivíduo em estado de flagrância.

Gabarito: Errado

Comentário: Não há que se falar em acesso a dados de celular sem mandado. O informativo 590 do STJ informa que a busca e apreensão de celular não se submete aos ditames na lei de interceptação telefônica, mas deve preceder de autorização judicial, ainda que na modalidade "para colher qualquer elemento de convicção".

---

82) Os laudadores são as pessoas que prestam declarações acerca dos antecedentes do infrator. Caso abonem a sua conduta pretérita, são chamadas de testemunhas de beatificação.

Gabarito: Correto

Comentário: A doutrina explica que laudadores são testemunhas que auxiliam o juiz na dosimetria da pena e no convencimento dos fatos, levando-se em conta as condutas pretéritas.

A respeito das prisões cautelares, assinale certo ou errado

83) Considera-se em flagrante lícito o agente que é induzido ou instigado à prática da infração penal, na expectativa de que seja capturado em flagrante.

Gabarito: Errado

Comentário: A súmula 145 do STF afasta a possibilidade do flagrante preparado, não admitindo no ordenamento jurídico brasileiro.

---

84) A apresentação espontânea do agente à autoridade ilide a prisão em flagrante, por ausência de previsão legal autorizando o flagrante nestas situações.

Gabarito: Correto

Comentário: A apresentação espontânea refuta a hipótese de prisão em flagrante, tendo em vista que o agente não demonstra alheabilidade ao fato criminoso. No entanto, ainda é cabível a prisão preventiva, se presentes os requisitos.

---

85) É cabível a prisão temporária quando for imprescindível para o sucesso da investigação, associado ao fato de o suspeito ter cometido o crime contra o sistema financeiro.

Gabarito: Correto

Comentário: A doutrina majoritária entende que, para que haja cabimento da prisão temporária, o indivíduo deverá incidir nos incisos I ou II do artigo 1º da lei 7.960/89, associado com um rol taxativo de crimes, dentre eles, na alínea "o" do artigo 1º, o crime contra o sistema financeiro.

Sobre o Inquérito Policial, marque certo ou errado.

86) O arquivamento indireto pode ser dividido em subjetivo e objetivo, de forma que a Jurisprudência atual repudia a realização desse tipo de arquivamento, não se admitindo hoje no Brasil.

Gabarito: Errado

Comentário: É o arquivamento implícito que se subdivide em subjetivo e objetivo, sendo de fato repudiado pela jurisprudência.

---

87) O destinatário imediato do Inquérito Policial é necessariamente o Ministério Público, visto que é o único detentor da *Opinio Delicti.*

Gabarito: Errado

Comentário: De fato, o MP é o único detentor da *Opinio Delicti*, mas em se tratando de crime de ação penal privada, o destinatário imediato será o querelante.

---

88) No caso de ação penal pública condicionada, a instauração de inquérito penal independe da manifestação do ofendido, caso haja morte do ofendido ou de seu representante legal.

Gabarito: Errado

Comentário: Havendo situação de morte ou declaração de ausência, o direito de representação decai para o Cônjuge, Ascendente, Descendente e Irmão (nessa ordem).

Direito Administrativo

Conforme rege a Lei 8.666/93, estabelece regras a respeito das licitações e contratos administrativos, julgue os próximos itens.

89) Situação **Hipotética**: Determinado Município pretende restaurar antigas obras de artes que pertencem ao acervo público. **Assertiva**: Nessa situação, embora a licitação seja possível, o administrador público poderá optar por celebrar diretamente tal contrato, com dispensa de licitação, situação na qual deverá justificar a escolha do profissional contratado e o preço de tal contratação.

Gabarito: Correto

Comentário: Tal situação enquadra-se como licitação dispensável, podendo tal contratação ser feita com dispensa de licitação: *Art. 24, XV – para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.*

Nos casos de contratação direta, deve haver a justificativa da escolha do contratado e do valor adotado, conforme rege o art. 26: II – razão da escolha do fornecedor ou executante; III – justificativa do preço.

Considerando a Lei 8.112/90, regime jurídico dos servidores públicos civis federais, considere o próximo item.

90) A nomeação é forma de provimento originária que ocorre tanto em cargos efetivos quanto em cargos comissionados. Trata-se da única modalidade de provimento em que haverá posse.

Gabarito: Correto

Comentário: A nomeação é a única forma de provimento originária, sendo a única em que há posse. Ela pode ocorrer tanto em cargos efetivos quanto em cargos comissionados.

Art. 9º A nomeação far-se-á: I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira; II – em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos

Art. 13, § 4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação

---

Considerado as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o próximo item.

91) O servidor que, não tendo obtido qualquer vantagem patrimonial indevida, permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente estará praticando um ato de improbidade administrativa que importa em prejuízo ao erário, situação que somente se configura caso tenha agido de má-fé.

Gabarito: Errado

Comentário: Tal situação reflete realmente um ato que causa prejuízo ao erário, conforme rege o art. 10, XII – *permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.*

Tais atos podem ser praticados por condutas dolosas (caso em que há má-fé) ou culposas. Assim, como o ato pode ser praticado também culposamente, não é obrigatória a má-fé do servidor.

Levando em consideração as disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos atos e poderes administrativos, analise os próximos itens.

92) A atuação de polícia administrativa é um reflexo do poder extroverso do Estado, que, em prol do interesse público, limita e condiciona a maneira pela qual os particulares irão utilizar seus bens e exercer seus direitos e liberdades. Tal poder representa uma atuação eminentemente preventiva, não podendo ser delegado para pessoas jurídicas de direito privado.

Gabarito: Correto

Comentário: O poder de polícia administrativa é, em regra, preventivo (ele pode ser repressivo em caso de descumprimento, aplicando-se uma penalidade). Ele representa uma limitação aos particulares em geral, sendo uma decorrência do poder extroverso (de império) do Estado. Esse poder realmente não pode ser delegado para pessoas jurídicas de direito privado, sendo que somente algumas fases do mesmo é que poderiam sofrer tal delegação.

---

93) Um ato administrativo praticado por uma autoridade incompetente poderá ser objeto de convalidação, de modo a sanar tal irregularidade. Contudo, caso se trate de uma competência exclusiva, a convalidação não será possível, devendo tal ato ser revogado.

Gabarito: Errado

Comentário: Os vícios existentes no elemento competência são passíveis de convalidação, salvo nos casos de competência exclusiva ou em razão da matéria. O erro consiste em afirmar que o ato deverá ser revogado, uma vez que sendo um ato ilegal não passível de convalidação, o mesmo deveria ser anulado.

No que tange aos entes da Administração Direta e Indireta, julgue o próximo item.

94) Um ente federado, ao celebrar um contrato administrativo no qual transfere a execução de determinado serviço público a uma empresa privada, realiza a denominada descentralização por delegação, conservando para si a titularidade de tal serviço.

Gabarito: Correto

Comentário: Na descentralização por delegação o ente da administração direta transfere para um particular a execução de um serviço público (mas não a titularidade do mesmo). Tal forma de descentralização é feita por meio de um ato ou contrato administrativo.

Direito Constitucional

---

95) De acordo com o STF, as guardas municipais têm competência para fiscalizar o trânsito, lavrar auto de infração de trânsito e impor multas, isso porque o. poder de polícia não se confunde com segurança pública. O exercício do primeiro não é prerrogativa exclusiva das entidades policiais, a quem a Constituição outorgou, com exclusividade, no art. 144, as funções de promoção da segurança pública.

Gabarito: Correto

Comentário: De acordo com a jurisprudência do STF as guardas municipais têm competência para fiscalizar o trânsito, lavrar auto de infração de trânsito e impor multas. O exercício do poder de polícia não se confunde com a atividade de segurança pública, veja a decisão:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PODER DE POLÍCIA. IMPOSIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO. GUARDA MUNICIPAL. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Poder de polícia não se confunde com segurança pública. O exercício do primeiro não é prerrogativa exclusiva das entidades policiais, a quem a Constituição outorgou, com exclusividade, no art. 144, apenas as funções de promoção da segurança pública. 2. A fiscalização do trânsito, com aplicação das sanções administrativas legalmente previstas, embora possa se dar ostensivamente, constitui mero exercício de poder de polícia, não havendo, portanto, óbice ao seu exercício por entidades não policiais. 3. O Código de Trânsito Brasileiro, observando os parâmetros constitucionais, estabeleceu a competência comum dos entes da federação para o exercício da fiscalização de trânsito. 4. Dentro de sua esfera de atuação, delimitada pelo CTB, os Municípios podem determinar que o poder de polícia que lhe compete seja exercido pela guarda municipal. 5. O art. 144, §8º, da CF, não impede que

a guarda municipal exerça funções adicionais à de proteção dos bens, serviços e instalações do Município. Até mesmo instituições policiais podem cumular funções típicas de segurança pública com exercício de poder de polícia. Entendimento que não foi alterado pelo advento da EC nº 82/2014. 6. Desprovimento do recurso extraordinário e fixação, em repercussão geral, da seguinte tese: é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

(RE 658570, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 06/08/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-195 DIVULG 29-09-2015 PUBLIC 30-09-2015)

---

96) A perda da nacionalidade decorrente de aquisição voluntária de outra nacionalidade pode atingir tanto brasileiros natos quanto naturalizados e dependerá de decisão judicial de competência da justiça federal.

Gabarito: Errado

Comentário: A perda da nacionalidade decorrente da opção por outra nacionalidade, de forma voluntária, se dá por meio de procedimento administrativo, no âmbito do ministério da Justiça.

---

97) É competência privativa da União legislar sobre competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais e organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Gabarito: Errado

Comentário: De fato a competência para legislar sobre a competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais é privativa da União (art. 22, XXII), entretanto, a competência para legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é concorrente, conforme art. 24, XVI da CF.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

---

98) Os índios merecem toda a proteção do Estado e da sociedade, devendo ser representados, na defesa dos seus direitos e em juízo, não por suas próprias comunidades, mas sim por meio de fundação especialmente criada para cuidar dos seus interesses.

Gabarito: Errado

Comentário: A CF assegura aos índios e às suas comunidades o direito de ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, ou seja, eles não precisam estar representados por fundações que cuidam de seus interesses, conforme art. 232 da CF:

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

---

99) Compete ao Senado federal processar e julgar o Presidente da República, Vice-presidente da república, Ministros de Estado e Ministros do STF nos crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara pelo quórum de 2/3 dos seus membros.

Gabarito: Errado

Comentário: Os ministros de Estado não são julgados pelo Senado nos crimes de responsabilidade, como regra, os ministros de Estado são julgados por esses crimes no STF, conforme art. 102, I, c da CF, entretanto, caso o crime seja conexo com o do Presidente ai então esses ministros serão julgados no Senado Federal (art. 52, I)

Ademais, a Câmara tem competência para autorizar a instauração de processo apenas contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado e não contra os ministros do STF, conforme art. 51, I da CF:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

processar e julgar, originariamente

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado

---

Em sua obra Aplicabilidade das Normas Constitucionais, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em: normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata, normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata, normas de eficácia limitada de princípio institutivo e normas de eficácia limitada de princípio programático. Considerando a classificação apresentada julgue o item que segue:

100) "O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei" é norma de eficácia limitada, ou seja, de aplicabilidade indireta, mediata e diferida, uma vez que a lei deve estabelecer as hipóteses em que o civil deverá ser identificado criminalmente.

Gabarito: Errado

Comentário: O artigo 5 o , inc. LVIII da CF, assegura que "*o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei*" é uma norma constitucional de eficácia contida, logo de aplicabilidade direta, imediata, contudo não integral.

Um cliente de determinado advogado está sendo investigado pela Receita Federal por sonegação de impostos. Em uma operação, realizada no escritório do advogado, os fiscais da Receita apreenderam, sem autorização judicial ou do referido profissional liberal, documentos desse cliente que lá estavam guardados, entre eles uma carta aberta com dados de uma conta bancária existente no exterior. Com relação a essa situação hipotética e acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

101) A apreensão da carta viola o sigilo de correspondência.

Gabarito: Errado

Comentário: A apreensão da carta não viola o sigilo de correspondência uma vez que a mesma já estava aberta, entretanto, a entrada no escritório, sem mandado judicial, configurou violação de domicilio, uma vez que o escritório de advocacia se equipara ao domicilio para fins de inviolabilidade.

Legislação Especial

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação penal vigente, as jurisprudências dos tribunais superiores e doutrinas majoritárias contemporânea.

Considere a seguinte situação hipotética.

No dia 21 de outubro de 2017, Jurandir compareceu à 10ª Delegacia de Polícia Civil da Capital, Florianópolis – SC, Lagoa da Conceição, dizendo que seus filhos, Pedro (20 anos), Paulo (21 anos) e Alex (25 anos) — PPA —, tinham sido agredidos por policias militares na noite anterior, na Praia da Joaquina, com o fito de capturar agentes envolvidos na prática de tráfico ilícito de drogas. Conforme relatou ao delegado, os agentes policiais abordaram algumas pessoas que estavam à beira-mar, durante um luau, dentre elas os seus filhos e, sem motivo justificado, efetuaram neles vários tapas em suas faces, causando-lhes alguns eritemas.

102) Nessa situação, o delegado deve instaurar inquérito policial, *ex officio*, para apurar o delito de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/1965), o qual não necessita de representação da vítima, uma vez que se trata de crime de ação penal pública incondicionada.

Gabarito: Correto

Comentário: Nos crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65), caso a pessoa tenha uma leitura desatenta e rápida do art. 2º e da parte final do art. 12 (mal redigido), entenderá que esses delitos necessitam de representação do ofendido; contudo os crimes de abuso de autoridade são de **ação penal pública incondicionada**, ou seja, é desnecessária tal representação: possui natureza jurídica de *notitia criminis* (notícia do crime). Por esse e outros equívocos, o legislador publicou a Lei nº 5.249/67 com a única finalidade de dispor sobre a ação penal dos delitos de abuso de autoridade.

Lei nº 5.249/1967, Art. 1º: *"A falta de representação do ofendido, nos casos de abusos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, não obsta a iniciativa ou o curso de ação pública.".*

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006).

Considere a seguinte situação hipotética.

A Polícia Federal, em operação realizada a fim de se combater delitos transnacionais, encontrou, num depósito industrial, uma enorme quantidade de maconha prensada, empacotada, unitizada e em paletes, no território brasileiro, com claras evidências de destinação para o exterior, sem a ocorrência de prisão em flagrante.

103) Nessa situação, mesmo que não haja prisão em flagrante, a droga apreendida será destruída pelo delegado de polícia competente, por meio de incineração, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data da apreensão, deverá guardar amostra necessária à realização do laudo definitivo.

Gabarito: Correto

Comentário: Consoante a Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006), há três disposições expressas acerca da destruição de drogas pelo delegado de polícia, quais sejam:

-[1] – **Nas plantações ilícitas:** imediatamente, via de regra serão *incineradas* ou *queimadas* (art. 32, *caput* e §3º);

-[2] – **Na apreensão de drogas COM prisão em flagrante:** até 15 dias *após determinação judicial* (art. 50, §§ 3º a 5º), mesmo que a lei seja omissa nesse caso, entende-se que será feito por *incineração*;

-[3] – **Na apreensão de drogas SEM prisão em flagrante:** até 30 dias *da apreensão dos entorpecentes* e será por incineração (art. 50-A).

Essa última é a hipótese da qual se trata a questão, ressalta-se que o art. 50-A dispõe da aplicação subsidiária dos §§ 3º a 5º do art. 50, onde há determinação de que a destruição das drogas será feita pelo delegado de polícia.

Lei nº 11.343/2006, Art. 32: *"As* plantações ilícitas serão imediatamente destruídas ***pelo delegado de polícia*** na forma do art. 50-A, *que recolherá quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.* (Redação dada pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)

§1º. (Revogado pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)

§2º. (Revogado pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)

§3º. Em caso de ser ***utilizada a queimada*** *para destruir a plantação, observar-se-á, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, o disposto no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no que couber, dispensada a autorização prévia do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama. […]".*

Lei nº 11.343/2006, Art. 50, *caput*: *"*Ocorrendo prisão em flagrante*, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.*

[…]

§3º. Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz*, no prazo de 10 (dez) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e* ***determinará a destruição das drogas apreendidas****,*

guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)

*§4º. **A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente*** no prazo de 15 (quinze) dias *na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.* (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)

§5º. O local será vistoriado antes e depois de efetivada a destruição das drogas referida no §3º, sendo lavrado auto circunstanciado pelo delegado de polícia, certificando-se neste a destruição total delas. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)".

Lei nº 11.343/2006, Art. 50-A: "A destruição de drogas apreendidas ***sem a ocorrência de prisão em flagrante*** será feita por incineração, ***no prazo máximo de 30 (trinta) dias*** contado da data da apreensão, *guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo, aplicando-se, no que couber, o procedimento dos §§ 3º a 5º do art. 50.* (Artigo acrescido pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)".

Além dessas hipóteses, existe a destruição das amostras guardadas para contraprova, ao final do processo penal ou arquivado o inquérito policial (art. 72): será feito pelo delegado de polícia, após 15 dias da determinação judicial, por incineração (art. 50, §§ 3º a 5º).

Lei nº 11.343/2006, Art. 72: *"Encerrado o processo penal ou arquivado o inquérito policial,* o juiz, *de ofício, mediante representação do delegado de polícia ou a requerimento do Ministério Público,* determinará a destruição *das amostras guardadas para contraprova, certificando isso nos autos.* (Artigo com redação dada pela Lei nº 12.961, de 4/4/2014)".

No que tange às condutas relativas a armas de fogo no Brasil e à legislação correlata (Lei n.º 10.826/2003), julgue o item subsecutivo.

Considere a seguinte situação hipotética.

Gumercindo é o diretor responsável da empresa *"Delta Mega Star Force Supreme Security"* — empresa de segurança e transporte de valores. No dia 10 de outubro de 2017, um vigilante que trabalhava na empresa subtraiu uma caixa de munições para revólver calibre 38, no entanto o diretor só teve conhecimento do fato no dia 20 de outubro de 2017.

104) Nessa situação, responderá nas mesmas penas do crime de omissão de cautela, caso Gumercindo deliberadamente não registrar boletim de ocorrência, em qualquer unidade policial, e não comunicar, exclusivamente, à Polícia Federal, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois do momento em que teve conhecimento do furto das munições (20/10/2017).

Gabarito: Correto

Comentário: Trata-se da hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03), em que o agente incorrerá nas mesmas penas do crime de omissão de cautela, previsto no *caput* do mesmo artigo. Ambos são delitos omissivos, porém no *caput* é **culposo** e no parágrafo único é **doloso**, ou seja, não comporta a negligência culposa (por não ter conhecimento do sumiço), devendo o agente ter conhecimento do "sumiço" e deliberadamente **não registrar** ocorrência policial e **não comunicar** à Polícia Federal (dupla obrigação), sendo inadmissível alegar o desconhecimento de tal mandamento, uma vez que tais empresas possuem diversos requisitos legais e implicações pelo descumprimento, por exemplo, em sanção administrativa prevista no *parágrafo único do art. 23 da Lei nº 7.102/83* (lei que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e segurança privada) e o *§1º do art. 7º da Lei nº 10.826/03.*

Omissão de Cautela

Lei nº 10.826/2003, Art. 13: *"Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:*

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

***Parágrafo único.** Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.".*

Lei nº 10.826/2003, Art. 7º, §1º: *"O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.".*

Lei nº 7.102/1983, Art. 23: *"As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:*

advertência;

multa de quinhentas até cinco mil Ufirs;

proibição temporária de funcionamento; e

cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único. Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.".

A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue o item a seguir.

Considere a seguinte situação hipotética.

Após um longo parto da parturiente Sra. Augusta, a enfermeira Anastácia levou o neonato ao berçário n.º 1 do hospital particular Thomas Edison, em Rio Branco – AC, deixando, negligentemente, de acompanhar a prática do processo de amamentação e de prestar orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecia na unidade hospitalar, bem como de proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido.

105) Nessa situação, a enfermeira Anastácia não praticou crime.

Gabarito: Errado

Comentário: Praticou a conduta prevista no art. 229 do ECA, que é crime **próprio, formal, omissivo próprio (não admite a tentativa), de perigo abstrato, instantâneo, doloso ou culposo.**

Lei nº 8.069/1990, Art. 229: *"Deixar o médico, **enfermeiro** ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como* deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 desta Lei*:*

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena – detenção de dois a seis meses, ou multa.".

Lei nº 8.069/1990, Art. 10: *"Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:*

manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

***proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido**, bem como prestar orientação aos pais;*

fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe;

acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Inciso acrescido pela Lei nº 13.436, de 12/4/2017)*".*

Considerando o disposto na Lei n.º 9.605/1998 e o posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes sobre a matéria regida por essa lei, julgue o item subsecutivo.

106) Constitui crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural a deterioração voluntária de pinacoteca protegida por ato administrativo.

Gabarito: Correto

Comentário: Os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural vão do art. 62 ao 65, da Lei nº 9.605/98, configurando-se a conduta explicitada na assertiva a prevista no art. 62, delito ambiental, doloso ou culposo. Pinacoteca é uma coleção de quadros de pintura ou um museu de pintura.

Lei nº 9.605/1998, Art. 62: *"Destruir, inutilizar ou deteriorar:*

bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.".

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação penal vigente e doutrinas majoritárias contemporânea.

Considere a seguinte situação hipotética.

Certa noite, Dirceu do Alface, vulgo *Repolho*, o qual é casado com Débora Cebolinha, percebeu que, após a sessão dela com o *personal trainer*, ela possuía algumas equimoses em sua nádega direita, no formato de uma mão masculina — evidentemente não lhe era a mão, pois era imensa a marca. No dia seguinte, Dirceu arrebatou Ricardo Berinjela, o *personal trainer*, levando-o até uma área rural distante localizada na comarca vizinha, privando-lhe a liberdade e, no mesmo contexto, constrangendo-o mediante emprego de choques, breves afogamentos, socos e chutes, além de disparos simulados de arma de fogo, gerando-lhe sofrimentos físico e mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão que ele era amante de sua esposa.

107) Nessa situação, é correto afirmar que *Repolho* — Sr. Dirceu do Alface — responderá pelo crime de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP) em concurso material com o delito de tortura simples na modalidade tortura-prova (art. 1º, I, "a", Lei n.º 9.455/1997).

Gabarito: Errado

Comentário: Na situação hipotética, o sequestro foi meio para a tortura, praticado no mesmo contexto, então a tortura irá absorver o delito de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP), havendo, portanto, **crime único de tortura majorada** — *e não tortura simples como afirmou a assertiva* — na modalidade tortura-prova (art. 1º, I, "a", Lei nº 9.455/97) com aumento de pena de um sexto a um terço (inc. III, §4º, art. 1º, Lei nº 9.455/97).

Lei nº 9.455/1997, Art. 1º: *"Constitui crime de tortura:*

constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

[…]

§4º. Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

[…]

se o crime é cometido mediante sequestro.".

A respeito dos crimes hediondos (Lei n.º 8.072/1990), julgue o item que se segue.

108) São considerados hediondos, tipificados no Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados, as lesões corporais dolosas de natureza grave e gravíssima, quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Gabarito: Errado

Comentário: No contexto da violência funcional, o único erro está em incluir a *lesão corporal de natureza grave* (art. 129, §1º, CP)

como hedionda, por ausência expressa de previsão legal: os delitos hediondos se constituem em **rol taxativo** (art. 1º, Lei nº 8.072/90).

Lei nº 8.072/1990, Art. 1º, *caput*: *"São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados:*

[...]

*I-A – **lesão corporal dolosa de natureza gravíssima** (art. 129, § 2º) e **lesão corporal seguida de morte** (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;".*

Arquivologia

Com relação a preservação, manutenção e restauração de documentos de arquivo julgue.

109) A conservação é um conjunto de procedimentos que visa recuperar a integridade física de um documento, revertendo o processo de degradação.

Gabarito: Errado

Comentário: A conservação, uma das funções arquivísticas, é um conjunto de procedimentos que visa à manutenção da integridade física do documento, desacelerando o processo de degradação. A restauração é que busca recuperar de danos.

110) O armazenamento de microfilmes deve ser feito em cofres, arquivos ou armários à prova de fogo e em compartimentos vedados à umidade.

Gabarito: Correto

Comentário: Uma vez se tratando de um suporte especial o microfilme, assim como outros meios especiais, tem suas particularidades de armazenamento.

111) Uma forma de se proceder a conservação de documentos é usando o Banho de Gelatina, que consiste em mergulhar o documento em banho de gelatina ou cola, o que aumenta a sua resistência, não prejudica a visibilidade e a flexibilidade e proporciona a passagem dos raios ultravioletas e infravermelhos.

Gabarito: Errado

Comentário: O banho de gelatina é uma técnica de restauração que exige habilidade do executor, além de tornar o documento suscetível a ataques de fungos e insetos.

112) As etapas do arquivamento são: Inspeção, Estudo, Classificação, Codificação, Ordenação e Guarda do documento.

Gabarito: Correto

Comentário: **Inspeção**: verifica se é destinado ao arquivamento; **Estudo**: leitura do documento para verificar para qual entrada deverá ser atribuída; Classificação: determinar a qual entrada pertence e atribuir as referências cruzadas; **Codificação**: atribuir os símbolos exigidos por cada método de arquivamento adotado. **Ordenação**: disposição dos documentos de acordo com a classificação e codificação atribuídas. **Guarda do Documento**: é o acondicionamento propriamente dito.

113) Segundo as regras de alfabetação, os nomes a seguir estão corretamente organizados: Montes Altos, Pedro; Orso, J.; Orso, Jair; Villa-Lobos, Maria.

Gabarito: Correto

Comentário: Pelas regras de alfabetação sobrenomes compostos de um substantivo e um adjetivo ou hifenizados não se separam, assim como, iniciais abreviadas tem precedência.

114) Muitas Vezes, dentro do ciclo de vida de um documento, o suporte pode ser alterado devido a questões funcionais, administrativas ou legais.

Gabarito: Correto

Comentário: Nesse sentido, a microfilmagem é um processo bastante utilizado e oferece como resultado a economicidade de espaço e a garantia da preservação de originais passíveis de destruição.

115) Compete ao Conselho Nacional de Arquivos estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.

Gabarito: Correto

Comentário: O CONARQ determina as diretrizes que o SINAR segue, visando a gestão, a preservação e acesso aos documentos de arquivos. Compete ao SINAR dar suporte técnico ao CONARQ.

116) A classificação dos documentos quanto à tipologia documental está relacionada ao seu aspecto físico, independente da informação nele registrada, como ficha, livro, caderno, pergaminho, entre outros.

Gabarito: Errado

Comentário: A classificação enquanto tipologia documental, ou também chamada Espécie, se dá pelo aspecto formal de um documento, como: ata, memorando, oficio, certidão, declaração, entre outros.

117) Informação classificada como sigilosa é aquela submetida à restrição de acesso público permanentemente em razão de sua imprescritibilidade para a segurança da sociedade ou do Estado.

Gabarito: Errado

Comentário: De acordo com a Lei 12.527/11 (LAI) Art. 4º, inciso III, o caráter sigiloso de uma informação é temporário. Conforme Art. 24, §1º da mesma Lei, os prazos **máximos** de restrição de acesso à informação, a partir de sua produção, são de 25 anos para ultrassecreta, 15 para secreta e 5 para reservada

118) Os Arquivos intermediários têm como sua principal função a econômica, pois se torna muito caro manter esse tipo de arquivo nos setores de trabalho em que foram produzidos, já que, para isso, seria necessário um espaço físico grande.

Gabarito: Correto

Comentário: É interessante guardar esses documentos em depósitos centralizados, pois sua guarda é devido, principalmente, a prazos prescricionais e precaucionais. Mesmo estando em um depósito central, vale ressaltar que os arquivos intermediários continuam sendo de propriedade do departamento que os gerou e o cesso permanece restrito a esse departamento.

---

119) No princípio de respeito aos fundos, o arranjo dos documentos não pode se desvincular do lugar de onde vieram, devendo ser agrupados de acordo com sua origem.

Gabarito: Correto

Comentário: O princípio do respeito aos fundos (proveniência) é fundamental para a ordenação dos acervos arquivísticos de terceira idade, o que torna evidente que a estrutura e o funcionamento da administração são os elementos que guiam o arranjo dos documentos (ordem original)

---

120) Documento é uma unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, ele é produzido por qualquer corpo administrativo, pessoa jurídica ou física, reunido automática e organicamente em razão de suas atividades ou funções.

Gabarito: Correto

Comentário: O documento de arquivo somente adquire sentido se relacionado ao meio que o produziu (proveniência), e o seu conjunto tem de retratar a estrutura e as funções do órgão que acumulou esse documento (organicidade).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Como foi possível que um aposentado de vida pacata montasse um arsenal dentro de um quarto de hotel em Las Vegas e começasse a disparar contra uma multidão? O que acontece no Rio de Janeiro, onde qualquer disputa entre traficantes, ou entre criminosos com a polícia, envolve metralhadoras, carabinas, fuzis, granadas e bazucas?

No caso dos Estados Unidos, a política de venda quase irrestrita de armamentos favorece o surgimento de atiradores solitários. No Brasil, o mercado paralelo de armamentos provoca números típicos de guerras: as armas de fogo matam 40 mil pessoas no país todos os anos – o equivalente a dois terços de todos os homicídios cometidos no país.

Boa parte das armas foi comprada legalmente, mas foram parar na mão de criminosos, ou contrabandeadas de fora do país – neste caso, elas entram por terra, em toda a faixa de fronteira que vai do Amazonas ao Rio Grande do Sul (mas especialmente via Paraguai), e também pelos maiores portos do país, em especial Santos, Sepetiba e Paranaguá. A Polícia Federal estima que 60% de todo o arsenal desviado, tenha sido produzido dentro ou fora do país, tenha como destino o Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.gazetadopovo.com.br/ideias/por-que-nao-se-usa-a-tecnologia-para-diminuir-as-mortes-por-armas-de-fogo-99zg4cy06lvkp3c4xhsu16hof?utm_source=gazeta-do-povo&utm_medium=box-lista&utm_campaign=mais-quente-dia

Tendo o texto acima apenas como motivador, desenvolva uma dissertação sobre o tema:

Estatuto do desarmamento

Para a construção do seu texto, aborde, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

1. Discorra sobre a liberação do porte de arma no contexto atual. [6.00]

2. Fatores de motivaram a criação do estatuto do desarmamento e seu impacto na sociedade. [3.00]

3. Medidas que podem auxiliar a diminuição de crimes ou ações que envolvam armas ilegais. [3.00]

Comentários:

Resposta 1: É inegável que projeto de liberação do porte de armas se tornou um verdadeiro cabo de guerra. De um lado há aqueles que consideram esse projeto um avanço para a sociedade, pois devolve ao cidadão o direito de legítima defesa. Em contrapartida, os que apoiam o desarmamento afirmam que quanto mais armas, maiores as possibilidades de ocorrer um assassinato. Na sociedade atual, a maioria das pessoas anda pelas ruas em alerta, com medo de serem assaltadas, rendidas por bandidos ou expostas a situações de risco a qualquer momento. Nesse cenário, segundo os opositores do desarmamento, o porte de arma torna-se imprescindível, pois garante ao cidadão o direito de se defender e anula as diferenças de força e tamanho entre o atacante e a vítima. Além disso, os defensores do porte de arma apostam que a liberação irá diminuir a criminalidade. Isso porque os criminosos terão receio da vítima estar armada e reagir ao crime. Entretanto, os defensores do desarmamento afirmam que o porte de arma potencializará as mortes por brigas domésticas, no trânsito e por motivos fúteis. Nesse sentido, recentemente circulou na mídia a notícia de um policial militar que estava no bar com seus amigos quando foi surpreendido por dois assaltantes. O militar sacou a arma para se defender, porém foi baleado e veio a óbito. Com base nesse acontecimento e em tantos outros parecidos com esse, nota-se que o uso de arma para reagir a um crime não é totalmente eficaz. Se até mesmo os policiais treinados morrem reagindo, como o cidadão sem experiência pode estar seguro? Diante desse contexto, percebe-se que a liberação do porte de arma sozinha será um retrocesso para a sociedade brasileira. Para o país avançar é necessário que essa liberação venha acompanhada de outras medidas, tais como desarmamento dos criminosos, melhorias na formação e no pagamento dos policias, criação de leis mais severas e punição efetiva dos criminosos e, além disso, investimento em projetos educacionais desde as fases mais incipientes com o objetivo de educar melhor as crianças e os adolescentes e tirá-los da rota do crime.

Resposta 2: O Estatuto do Desarmamento foi criado com o fim de regulamentar o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. Sendo assim, com tal instituto, o país passou a ter critérios mais rigorosos para o controle das armas, uma vez que essa lei tornou mais difícil para o cidadão ter acesso ao porte de arma e estimulou a população a se desarmar. Além disso, o presente estatuto também aperfeiçoou a legislação para punir mais efetivamente o comércio ilegal e o tráfico internacional de armas de fogo.

Resposta 3: Como medidas preventivas infere-se políticas públicas, voltadas para a educação e preparo de jovens para o mercado de trabalho, e a presença forte do Estado em áreas carentes, visando à diminuição das desigualdades sociais. Outras medidas seriam a melhoria do preparo policial, acompanhada de aumentos salariais para a classe, combate ao tráfico de drogas e policiamento das fronteiras para barrar a entrada do armamento ilegal para desarmar, sobretudo, o criminoso.